

Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade

Pombal Acessível

Síntese das Ações Desenvolvidas



Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade

Pombal Acessível

Síntese das Ações Desenvolvidas



Ficha Técnica

Título

Pombal Acessível
Planos Local e Municipal
de Promoção da Acessibilidade
Síntese das Ações Desenvolvidas

Coordenação de Conteúdos

Paula Teles

Propriedade

Câmara Municipal de Pombal



Câmara Municipal de Pombal Executivo

Diogo Mateus, Presidente
Ana Gonçalves, Vereadora

Equipa Técnica

Albertina Gameiro
Bruno Fernandes
Celestino Mota
Lisete Vieira
Odete Gomes
Santelmo Oliveira
Sérgio Carrasqueira
Sílvia Ferreira
Vítor Gonçalves



**mpt®_mobilidade e
planeamento do território, lda.**

Coordenação Geral

Paula Teles
Pedro Ribeiro da Silva

Coordenação Operacional

Adelino Ribeiro
Jorge Gorito

Equipa Técnica

Adriana Sá
Ana Silva
Carla Alves
Conceição Teixeira
Daniel Geada
Daniela Teixeira

Design Gráfico

Soraia Sousa

ISBN

978-989-8427-28-1

Índice

1. Preâmbulo	4
Diogo Mateus, Presidente da Câmara Municipal de Pombal	6
Paula Teles, Coordenadora Geral dos Planos de Promoção da Acessibilidade	8
2. Enquadramento	10
2.1. Programa Operacional Potencial Humano	12
2.2. O Percurso da Câmara Municipal de Pombal em matéria de Acessibilidade	14
3. Planos de Promoção de Acessibilidade – O que são?	16
3.1. Objetivos Principais	18
3.2. Metodologia	21
3.3. O Conceito Multidisciplinar e Transversal da Acessibilidade	25
4. Ações de Sensibilização e Comunicação	28
4.1. Lançamento da Elaboração dos Planos	31
4.2. Ações de Sensibilização Escolar	32
4.2.1 Campanha Contra o Estacionamento Abusivo	32
4.2.2 Campanha Escolar de Acessibilidade - Acessibilidade e Mobilidade para Todos	34
4.3. Ações de Informação/Sensibilização	36
4.4. Participação Pública	42
4.5. Visita de Boas Práticas	44
4.6. Seminário Internacional	48
4.7. Campanhas de Comunicação e Divulgação	50
5. Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade	54
5.1. Espaço Público	60
5.1.1. Áreas de Intervenção	60
5.1.2. Levantamento e Diagnóstico	66
5.1.3. Propostas de Intervenção	70
5.2. Edificado	76
5.3. Transportes	86
5.4. Comunicação	94
5.5. Infoacessibilidade	102
5.6. Sistemas de Informação Geográfica ao serviço da Acessibilidade	107
6. Boas Práticas de Acessibilidade em Pombal	116

1.

CÂMARA MUNICIPAL
DE
POMBAL
PAÇOS DO CONCELHO

Pombal acessível

Preâmbulo

O presente documento constitui a compilação de todas as ações desenvolvidas, no município de Pombal, no âmbito do desenvolvimento dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, na sequência das candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

Estas páginas refletem a geografia de um projeto que, para além de integrar um conjunto de áreas temáticas consideradas cruciais para a acessibilidade, desenvolveu outras iniciativas, com o objetivo de partilhar com todos, a corresponsabilidade na promoção de um município cada vez mais acessível.

Assim, depois do prefácio e de uma pequena abordagem ao Programa Operacional em causa é apresentado um conjunto de apontamentos teóricos alusivos ao tema, a que se segue uma síntese de todas as ações que se realizaram em matéria de comunicação, sensibilização. Posteriormente faz-se uma síntese ligada à metodologia e operacionalização do plano propriamente dito, com referências aos Planos Local e Municipal, abrangendo, as cinco áreas transversais: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Infoacessibilidade. O documento culmina com um capítulo de boas práticas do município em matéria de acessibilidade.

Diogo Mateus

Presidente da Câmara Municipal de Pombal

Promover um território democrático e acessível, capaz de impulsionar a igualdade entre todos os cidadãos, assume-se como um desafio que o Município tem vindo a prosseguir, tendo abraçado, nos últimos 3 anos, o Projeto de Promoção da Acessibilidade, enquadrado no Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, no âmbito da Candidatura apresentada ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

O desenho de um território mais inclusivo, consubstanciado na eliminação de barreiras impeditivas do exercício pleno dos direitos de cidadania, resulta num fator diferenciador de desenvolvimento do concelho de Pombal, de forma a torna-lo num concelho atrativo e competitivo capaz de criar sinergias e proporcionar uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos.

Neste prelúdio, o Município de Pombal, em articulação com as “força vivas locais”, nomeadamente, comunidade escolar, associações locais, decisores políticos e forças de segurança pública, desenvolveu os Planos Municipal e Local de Promoção da Acessibilidade, com o objetivo de identificar as principais barreiras que se colocam à acessibilidade, bem como de promover a sensibilização e consciencialização dos decisores políticos, técnicos e cidadãos em geral, para a importância da construção de uma sociedade mais inclusiva para todos.

A operacionalização dos Planos contemplou a realização de diversas atividades, repartidas por 13 ações, onde se incluíram ações de comunicação, sensibilização e divulgação, boas práticas internacionais, estudos de levantamento e diagnóstico e proposta dos planos de acessibilidade, que incidiram sobre 5 domínios fundamentais em matéria de acessibilidade para todos: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Infoacessibilidade.

A conclusão deste projeto não encerra em si mesmo todo o trabalho subjacente à construção de um território mais acessível, significando antes, o início de um longo percurso na construção de um concelho sem barreiras, livre de obstáculos, mais competitivo e com maior qualidade de vida.

Sob o desígnio “Pombal Acessível” e uma ótica de continuidade, o Município de Pombal enfrenta mais um desafio, ao aderir à Rede de Cidades e Vilas de Excelência.

Paula Teles

Coordenadora Geral dos Planos de Promoção da Acessibilidade

As vilas e as cidades são por excelência, o lugar onde o homem pode encontrar a sua mais expressiva dimensão. São o lugar de exponenciais fontes de informação, múltiplas formas de comunicação, absoluta mobilidade, diversidade de culturas e formações, oportunidade de ofertas, infinitas possibilidades de relações sociais. Lugar de encontros, culturas, religiões, mas também memórias, ideias, atitudes, aprendizagens.

Contudo, estes territórios urbanos de diversidade ilimitada pela complexidade de espaços, edifícios, transportes e movimentos de pessoas a que lhe associam variados e heterogêneos ritmos de vida, nem sempre permitem a participação ativa de todas as pessoas. Paradoxalmente, a mesma cidade/vila, cerceia e inibe liberdades que, conceptualmente, deveria oferecer.

Um dos mais fundamentais direitos dos residentes, visitantes ou trabalhadores das cidades/vilas é, efetivamente, o direito à mobilidade no quadro do direito à cidade/vila. As barreiras urbanísticas, as ruturas das continuidades dos percursos, a insensibilidade na colocação do mobiliário urbano, os estacionamento abusivos são, entre outros, sinais de cultura menor, semiperiférica e anacrónica. Uma cidade ou vila acessível é um território mais competitivo. Desenhar cidades/vilas com acessibilidade e mobilidade para todos deve ser visto hoje como um patamar de exigência que, todos sem exceção, deveriam cumprir dentro das diversas funções que representam. Costumo dizer que, todos sem exceção, são cúmplices da aplicabilidade ou não desta matéria e que também, todos, sem exceção, temos responsabilidades na mudança deste novo paradigma das cidades/vilas contemporâneas.

A acessibilidade e mobilidade para todos envolve, hoje, novas disciplinas e saberes, desde o espaço público, aos edifícios, à comunicação e design, aos transportes, à infoacessibilidade. Portugal, nos últimos anos tem dado um enorme salto nesta matéria e o Governo e as autarquias muito têm contribuído para um Portugal mais inclusivo e mais democrático. É deste relevante trabalho, que integra a arte de desenhar à utilização do espaço que é de todos, que espero ser útil para desenhar um novo território.

É neste contexto, que desenhar territórios sem barreiras, livres de obstáculos, é bom para todos, introduz patamares de segurança e conforto e permite a sustentabilidade ao longo das gerações futuras. Este conceito introduz, a prazo, um menor gasto de recursos financeiros e, ainda, promove o desenvolvimento e mais-valias económicas em diversos setores da sociedade civil.

É na tentativa de encontrar as melhores soluções técnicas para o redesenho dos territórios, no contexto das inúmeras diversidades paisagísticas, arquitetónicas e sociais desses lugares, que este documento poderá ser um instrumento precioso, contribuindo para agilizar o processo de planeamento, do projeto e das obras no município da Pombal.

Pombal é um exemplo vivo e efetivo desse trabalho multidisciplinar em prol da acessibilidade e mobilidade para todos.



2.

Uma cidade para todos



2.



Enquadramento

2.1. Programa Operacional Potencial Humano

O **Programa Operacional Potencial Humano (POPH)** é o programa que concretiza a agenda temática para o potencial humano inscrita no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

Com a comparticipação do Fundo Social Europeu, o POPH visa estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, com base nas seguintes prioridades:

- Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, para todos;
- Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português assente no reforço das atividades de maior valor acrescentado;
- Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida ativa;
- Promover a igualdade de oportunidades, através do desenvolvimento de estratégias integradas e de base territorial para a inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social. Esta prioridade integra a igualdade de género como fator de coesão social.

A atividade do POPH estrutura-se em torno de dez eixos prioritários, sendo o Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social – o eixo onde se enquadrou a candidatura dos Programas de Promoção da Acessibilidade. No âmbito do programa RAMPÁ (Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade) foram 107 os projetos aprovados nesta linha de financiamento e que constituem uma oportunidade efetiva para um investimento na área da acessibilidade.



2.2. O percurso da Câmara Municipal de Pombal em matéria de Acessibilidade

No dia 8 de outubro de 2008, no lançamento do Programa “Portugal mais Acessível”, os mais altos dirigentes municipais e o governo português reconheceram publicamente a importância do projeto REDE NACIONAL DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS.

Esta Rede Nacional, consiste num conjunto de Cidades ou Vilas do país que manifestam vontade de eliminar as principais barreiras arquitetónicas e urbanísticas que perturbam a mobilidade a todo e qualquer cidadão. Deste modo, são desígnios assumidos por todos os municípios que aderiram à Rede adequar e planear as cidades e vilas a todos os cidadãos, definindo, em concreto, ações pontuais ou estruturais, que claramente e decisivamente contribuam para a construção de cidades e vilas para todos.

Com a assinatura do Protocolo de adesão à “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos”, em 21 de Junho de 2006, foi atribuído ao município de Pombal a “Bandeira Verde de Mobilidade para Todos”. Este projeto, foi considerado pioneiro, com resultados positivos pela metodologia utilizada.

Assim, a metodologia de abordagem é faseada e teve início com a escolha da área de intervenção sobre a qual incide a elaboração do diagnóstico – Plano de Intervenção de Acessibilidades. Numa segunda fase, elabora-se a 1.^a Avaliação do Plano de Intervenção de Acessibilidades, com a Atribuição de Bandeira de Prata da Mobilidade para Todos caso elimine 30% das barreiras. A terceira fase consiste na elaboração da 2.^a Avaliação do Plano de Intervenção de Acessibilidades, com a Atribuição de Bandeira de Ouro da Mobilidade para Todos caso sejam eliminadas 70% das barreiras.

Assim, Pombal assumiu como imperativo nas políticas estratégicas do município as questões da acessibilidade e mobilidade e integrou a primeira geração de municípios que aderiram à Rede. No seguimento dessa adesão, e das medidas adotadas que efetivamente se traduziram na adoção de boas práticas que permitiram a intervenção concreta no espaço urbano e a redução em 47% das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, a Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA) hasteou em Pombal a Bandeira de Prata da Mobilidade. De igual modo, em 10 de Março de 2010 a autarquia de Pombal conquistou a Bandeira de Ouro da Mobilidade, tornando-se assim um dos primeiros município a ter este reconhecimento, fruto do trabalho desenvolvido que permitiu reduzir em 72% as barreiras existentes no município.

A forte comunicação e a perspicaz estratégia de sensibilização para a população em geral sobre a importância da acessibilidade e mobilidade para todos fez a mobilidade sair do gabinete, quebrou barreiras e consciencializou todos os munícipes de que o território de Pombal é para TODOS.



3.

Cidades acessíveis

são territórios mais



competitivos

3.



Planos de Promoção de Acessibilidade - O que são?

3.1. Objetivos Principais

Existe um elevado número de pessoas que todos os dias se depara com grandes dificuldades ou se vê impossibilitado de frequentar locais públicos, devido quer ao conjunto de obstáculos existentes na via pública ou nos transportes, quer à falta de condições de acesso e de circulação, tanto nas ruas como nos edifícios de utilização coletiva.

Deste modo, construir cidades e vilas acessíveis a todos constitui um imperativo ético e social, que traduz o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades. Esta abordagem conduziu à operacionalização de um conjunto de Ações de Promoção da Acessibilidade e ao desenvolvimento dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade,



Figura 1: Espaço Público do Município de Pombal

transportando Pombal para um nível superior de qualidade do ambiente urbano, nova exigência das sociedades contemporâneas. Pombal integra, assim, a 2.ª Geração dos Planos de Promoção da Acessibilidade integrados no Programa RAMPA.

A elaboração dos referidos planos tem, em síntese, um conjunto de importantes objetivos:

- a) Pensar estrategicamente a nível local ou municipal evitando a adoção de medidas avulsas;
- b) Articular com as políticas setoriais definidas pelo município;
- c) Identificar a população envelhecida e/ou incapacitada, de forma a melhorar a sua integração;
- d) Encontrar as principais fragilidades físicas do território do ponto de vista da acessibilidade, nomeadamente as barreiras arquitetónicas;
- e) Envolver as entidades locais para, em conjunto, encontrarem as principais soluções e as orientações;
- f) Criar um plano de auscultação | debate com as diferentes entidades de solidariedade relevantes, em particular com as entidades sem fins lucrativos que prestam serviço cultural, social e educativo;

- g) Articular as necessidades espaciais, em particular, as das pessoas de mobilidade condicionada;
- h) Definir medidas corretivas gerais da situação, tanto à escala local como à escala municipal, no que diz respeito à eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas;
- i) Elaborar as diferentes fases do Plano com a participação pública de forma a constituírem contributos para a decisão final das estratégias principais;
- j) Definir prioridades de intervenção e calendarização;
- k) Criar mecanismos para que, após a conclusão do Plano, esteja instalada uma plataforma especializada que dê continuidade à prática da acessibilidade (atualização, revisão);
- l) Assumir, por parte do município, o empenho no processo e o compromisso de futura afetação, em orçamentos anuais e em planos plurianuais de investimentos, de verbas para implementação das medidas a programar pelo plano.





3.2. Metodologia

A elaboração de um Plano de Promoção da Acessibilidade consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitetónico do território, com o diagnóstico social do município, em matéria de necessidades de Acessibilidade para Todos. Esta abordagem interdisciplinar com leituras nas diferentes escalas, é a chave para que o Plano atinja os objetivos a que se propõe e ainda, supere níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor (DL n.º 163/06 de 8 de agosto). Tal abordagem, necessita de uma metodologia simples, mas eficaz, que permita agir de forma sistematizada, monitorizando todas as fases e ações por parte dos diferentes setores em estudo.

Assim, a metodologia proposta assenta em quatro pilares principais que são a Governância, a Participação, o Conhecimento e Sensibilização, e os Estudos a desenvolver em matéria de acessibilidade. Esta metodologia estratégica, que assenta nos quatro pilares principais apresentados, debruçar-se-á sobre as seguintes cinco áreas temáticas fundamentais em matéria de Acessibilidade para Todos: Espaço Público, Edificado, Transportes, Comunicação e Design e Infoacessibilidade. Estas cinco áreas temáticas estão presentes nas três fases de elaboração dos Planos: Levantamento/Diagnóstico, Plano das Condições de Acessibilidade e Versão Final.

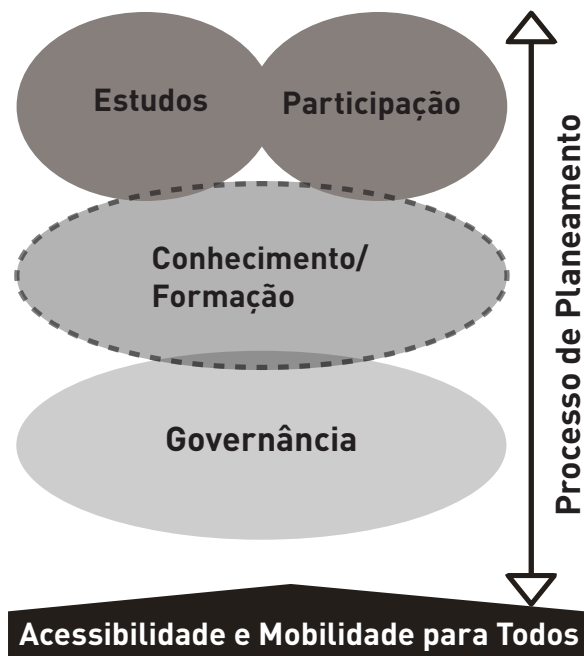


Figura 2:
Principais pilares da metodologia para a elaboração dos Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade de Pombal.

A. Espaço Público

Identificar as condições atuais ao nível da acessibilidade do espaço público, transformar os resultados em níveis de acessibilidade e criar propostas de intervenção – soluções tipo para os arruamentos em estudo;

B. Edificado

Identificar os principais edifícios/equipamentos âncora de utilização e propor medidas tipo de correção em matéria de acessibilidade;

C. Transportes

Levantar e diagnosticar os transportes públicos a operar na área de intervenção, classificar ao nível de acessibilidade e propor um plano de transportes acessíveis;

D. Informação e Comunicação

Identificar as áreas de informação e comunicação existentes e propor medidas inclusivas de comunicação – braille, iluminação, som, textura, contraste;

E. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (Infoacessibilidade)

Diagnosticar a situação atual da World Wide Web, analisando a infoacessibilidade, e propor uma plataforma permanente e atualizada do estado da acessibilidade.

Na prossecução da elaboração dos Planos, que descende do Programa Operacional Potencial Humano, desenvolveram-se os estudos necessários de suporte ao futuro instrumento de planeamento, fundamentalmente na decisão política em matéria de acessibilidade e mobilidade para Todos no município de Pombal.

Este suporte, apresentado em Sistema de Informação Geográfica, constituirá um enorme salto qualitativo no apoio à decisão, por introduzir de forma imediata, todas as variáveis pretendidas quantificadas permitindo o conhecimento de custos envolvidos nas diferentes operações e territórios, constituindo-se inequivocamente como uma tecnologia inovadora ao serviço do planeamento da decisão política.

De resto, ao longo do plano a autarquia foi, de forma ágil, introduzindo este patamar de exigências nos seus projetos em curso.





3.3. O Conceito Multidisciplinar e Transversal da Acessibilidade

Como fator transversal, garantia da implementação de políticas e medidas, considera-se da maior importância a **Participação** pública nas dinâmicas criadas com a elaboração dos Planos, pela sensibilização, envolvimento e capacidade de induzir ações consequentes nesta matéria, tendo repercussões importantíssimas em matéria de planeamento preventivo. Por participação pública não se deve consignar exclusivamente o público em geral, mas também dar ênfase à sociedade civil organizada em associações (IPSS's – Instituições Públicas de Solidariedade Social), recorrendo a apresentações públicas, colóquios, fóruns de sensibilização e debate mas também a ações de divulgação nos órgãos de comunicação locais em especial estações de rádio, jornais e televisões regionais.

O **Conhecimento | Sensibilização** a técnicos que, direta ou indiretamente, participam no desenho da cidade é uma componente essencial do Plano, designadamente, na atitude preventiva que o planeamento da acessibilidade deve conter.

Por outro lado, ao nível autárquico é imprescindível o desenvolvimento de uma organização municipal capaz de permitir, no futuro, a monitorização e gestão da acessibilidade para todos (**Governância**).

A constituição de uma **rótula técnica**, composta pelos técnicos ligados à acessibilidade para todos do município, é essencial tendo em vista a integração do seu conhecimento relativamente às verdadeiras necessidades de acessibilidade do território que gerem. Esta rótula deverá ser constituída por saberes multidisciplinares e deverá ser transversal. Deste modo, com a existência de uma equipa técnica, responsável pelas questões da mobilidade, pretende-se repensar a sua dimensão e forma de atuação, eventualmente, integrando novos elementos que se considerem pertinentes e constituindo, desde logo, uma mais-valia para o apoio ao desenvolvimento de todas as ações, nesta matéria.



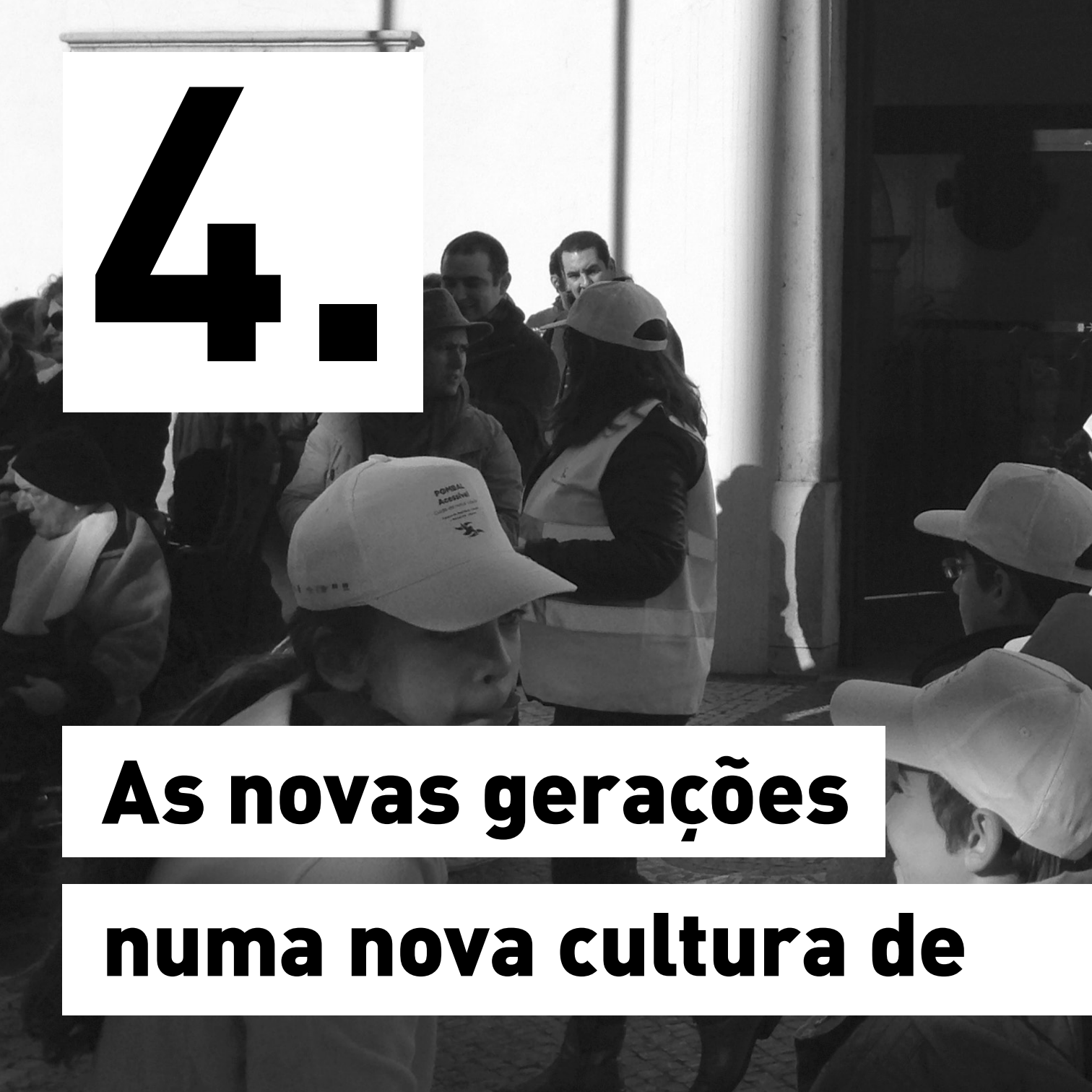
Figura 3:
O conceito multidisciplinar da acessibilidade.

Simultaneamente, a constituição de um conselho consultivo de mobilidade, permitiu também, um melhor desenvolvimento dos planos e, naturalmente, permitirá uma eficaz monitorização futura destes planos.

Plano e Processo

Plano, porque enquadra medidas estratégicas e releva ações estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções.

Processo, porque envolve populações, associações e entidades de modo a inserir dinâmicas municipais capazes de manter este desígnio cívico de integração na agenda de trabalho de toda a comunidade.



4.

As novas gerações

numa nova cultura de



movilidad

4.



Ações de Sensibilização e Comunicação

Os planos contaram com a participação de toda a comunidade, dando especial ênfase ao contributo da comunidade de pessoas incapacitadas ou com mobilidade reduzida, formando e sensibilizando todos os agentes da sociedade civil.

Para um maior envolvimento de todos esses agentes da sociedade civil, com o objetivo primordial da construção de uma cidade ou vila mais acessível a todos, foram desenvolvidas várias ações de promoção da acessibilidade no município da Pombal, contando com sessões públicas de lançamento dos programas, campanhas de comunicação e divulgação, campanhas de sensibilização escolar, ações de informação/sensibilização, participação pública e conselho consultivo, apresentações públicas, visita de estudo internacional, publicações e divulgação final dos planos.

4.1. Lançamento da Elaboração dos Planos

O lançamento da elaboração dos planos foi o trampolim para o arranque, em força, da elaboração e desenvolvimento das ações inerentes aos Planos. Tratou-se de uma sessão pública de esclarecimento inicial sobre a elaboração dos planos, dando conhecimento à sociedade civil das diferentes atividades e fases dos projetos e respetivos prazos de execução.

O lançamento realizou-se no dia 14 de fevereiro de 2013, no Miniauditório do Teatro-Cine, em Pombal. Para este efeito foram desenvolvidos conteúdos, design e produção de vários suportes de comunicação: convites, flyers, roll up, spots de rádio, publicações em jornais locais e regionais. Este evento de lançamento teve como primordial preocupação chegar a todos os públicos através de suportes concebidos em braille e recorrendo à interpretação de língua gestual portuguesa.



Figura 4: Sessão de Lançamento dos Planos de Promoção de Acessibilidade.



4.2. Ações de Sensibilização Escolar

As ações desenvolvidas em meio escolar, no âmbito dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade de Pombal tiveram por base a sensibilização e promoção de boas práticas a partir dos mais novos, na convicção de que serão eles os Homens que contribuirão para uma cidade mais solidária e amiga, para a mudança de uma sociedade, que se crê, que já vem a caminho. Neste âmbito foram desenvolvidas um conjunto de atividades associadas a esta Campanha de Sensibilização Escolar para uma nova cultura de mobilidade, como a campanha contra o «Estacionamento Abusivo» e a campanha «Escola de Acessibilidade».

4.2.1. Campanha Contra o «Estacionamento Abusivo»

Esta ação tinha como objetivo incutir na população, um conceito de cidade bem arrumada. Tal como nas nossas vidas e nas nossas casas, cada coisa tem um lugar e se não conseguimos ter tempo para arrumar pagamos para nos ajudarem a sermos organizados, o mesmo tem que se passar na cidade: as

ruas e os passeios são os corredores de nossas casas, os edifícios as nossas dependências e as praças as nossas salas de estar.

Atuando para uma nova cultura através da campanha contra o «Estacionamento Abusivo» é de considerar a importância dos mais novos e das pessoas com deficiência em assumir a tarefa de educar os adultos para novas atitudes, comportamentos e princípios de cidadania. São eles que assumirão o papel ativo de, pela cidade, passarem esta mensagem através do seu discurso simples, direto e descomprometido utilizando os carrinhos de “bem estacionado”, “mal estacionado + bloqueadores”.

A atividade foi assegurada por alunos do 4.º ano do 1.º ciclo, que acompanhados por agentes da autoridade, por pessoas com mobilidade reduzida (cegos ou em cadeira de rodas), por técnicos da Câmara Municipal e por peritos em acessibilidade, percorreram a zona previamente delimitada, considerada a mais problemática e este respeito, atuando da seguinte forma:



Figura 5: Momentos da Campanha contra o Estacionamento Abusivo.

CARRO BEM ESTACIONADO

Os meninos deram parabéns ao condutor pendurando, com um elástico, um carrinho verde no retrovisor, com a inscrição “Carro bem estacionado” e com informação tópica sobre os objetivos desta campanha.

CARRO MAL ESTACIONADO

Os meninos reprenderam, o condutor, pendurando com um elástico, um carrinho amarelo no retrovisor, com a inscrição “Carro mal estacionado” e com informação tópica sobre os objetivos desta campanha. Em simultâneo colocaram numa das rodas da viatura um bloqueador com a mesma inscrição “Carro mal estacionado” a fim de ficar clara e visível a infração cometida.

Quando abordados pelos condutores explicaram de forma simples a campanha e conscientizados para o seu ato de infração e obstrução dos percursos.

4.2.2. Campanha Escola de Acessibilidade Acessibilidade e Mobilidade para Todos

A Escola de Acessibilidade visa inculcar na população, desde os mais novos às camadas adultas, uma nova cultura de mobilidade, designadamente na atenção e reconhecimento de pessoas de mobilidade reduzida. Conhecer os espaços, aprender a viver com e na diferença, entender as cidades para todos que se querem inclusivas. Assim, esta ação em ambiente citadino, com componente prática e pedagógica pretende constituir-se como embrião na formação de novas mentalidades mais inclusivas e, conseqüentemente, mais participativas.

Esta Escola tem por principal objetivo constituir-se como um meio de divulgação e sensibilização em matéria de acessibilidade utilizando, para tal, a exemplificação e experimentação de situações reais vividas por pessoas com mobilidade reduzida. Esta Escola, de conceito similar a uma Escola de Trânsito utilizará, num espaço físico demarcado em ambiente citadino, equipamentos físicos simulados como: rampas, passeios, lances, piso confortável e piso desconfortável, entre outros, que com recurso a cadeiras de rodas, bengalas/vendas, andarilhos, muletas e outros dispositivos móveis serão transpostos com monitorização (os monitores terão formação específica em matéria de acessibilidade).

Neste sentido, a Escola de Acessibilidade destina-se a proporcionar novos conhecimentos e competências necessárias a uma adequada integração numa sociedade que se quer inclusiva para e de todos, recorrendo para tal a intervenções de natureza teórica em interligação com ações pedagógicas a nível prático, seguindo, uma metodologia de simulação de situações reais de mobilidade reduzida.



Figura 6: Momentos da Campanha - Escola de Acessibilidade, em sala e no espaço exterior.



4.3. Ações de Informação/Sensibilização

As ações de informação/sensibilização, desenvolvidas no âmbito da execução dos Planos de Promoção da Acessibilidade, são uma importante abordagem para que se sensibilizem e instruem os principais intervenientes, públicos e privados, como técnicos e agentes que desenham e constroem as Vilas e Cidades.

Foi neste sentido que se realizaram ações de informação/sensibilização sobre Acessibilidade e Mobilidade para Todos, destinadas aos profissionais do município com o objetivo deste espaço formativo constituir uma mais-valia na compreensão da aplicabilidade da legislação e inspirar nos responsáveis pelo planeamento, dentro de cada município, a defesa e aplicação de boas práticas no que diz respeito à mobilidade e acessibilidade para todos.

Com efeito, esta é uma intervenção que se estende a vários domínios e agentes apelando, como tal, a um trabalho e uma resposta coletiva.

As ações de informação/sensibilização de todos os técnicos que, direta ou indiretamente, participam no desenho da cidade, constituiu-se como uma componente essencial dos Planos, pela criação de uma atitude preventiva que o planeamento da acessibilidade terá a partir de agora.

Desta forma, conseguiu-se fazer dos planos um instrumento vivo de planeamento e ação.

As ações de sensibilização, estas foram asseguradas pela entidade prestadora de serviços detentora de elevado conhecimento técnico e Know-how em matéria de acessibilidade e sua implementação.

DESTINATÁRIOS

Sistematizando, as ações de informação/sensibilização em Acessibilidade e Mobilidade para Todos – Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, ministradas no município de Pombal tiveram os seguintes destinatários diretos:

- Ação de informação/sensibilização dirigida aos Técnicos Operacionais da Autarquia;
- Ações de informação/sensibilização para Presidentes de Junta;
- Ações de informação/sensibilização para Técnicos de Gabinetes Locais;
- Ações de informação/sensibilização para técnicos dos Setores do Turismo, Comércio e Transportes;
- Ações de informação/sensibilização para Alunos;
- Ação de sensibilização/Consultoria em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Nas ações de informação/sensibilização em matéria de Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, foram fornecidos regulamentação, legislação e guias específicos, a par de uma exemplificação prática. No âmbito da sensibilização em SIG foi-lhes fornecida a informação resultante do estudo em formato digital georreferenciado bem como explicado o modelo de dados utilizado e as formas de importação para o SIG Municipal.

CONTEÚDOS

As ações informação/sensibilização no âmbito da Acessibilidade e Mobilidade para Todos (Decreto-Lei n.º 163/06 – 08 de agosto) contaram a nível de conteúdos, com:

Uma primeira parte: genérica para todas as tipologias e destinatários

Nesta primeira parte foi feita uma introdução à temática e abordados os principais conceitos (Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Design Inclusivo e Barreiras – tipologias e problemas, Boas Práticas).

A fim de uma abordagem mais real foram apresentadas as principais diferenças entre as duas legislações (DL n.º 123/97 e DL n.º 163/06).

Dadas as últimas orientações do governo português, expressas na legislação desenhada no GUIA da Acessibilidade e Mobilidade para Todos, procedeu-se a uma interpretação Jurídico-Legislativa: Hierarquização Legislativa, Anotações ao Articulado, Legislação Relacionada.

No seguimento foi abordada a Descodificação das Normas Técnicas apresentadas do DL n.º 163/2006, através da Descodificação Desenhada das Normas Técnicas (Percurso Acessível, Via Pública, Edifícios e estabelecimentos em geral, estabelecimentos e instalações com usos específicos). Nesta mesma ótica foram apresentados quadros de sistematização temática (Percurso Acessível, Rampas, Escadas, Ascensores e Plataformas Elevatórias e Instalações Sanitárias).

Numa sistematização mais prática destas temáticas foram abordados os 'Planos de Promoção da Acessibilidade' ao nível dos principais conceitos, critérios e metodologias de abordagem.

Uma segunda parte: específica por tipologia e destinatários

Na segunda parte, tendo por base as diferentes tipologias de destinatários, houve uma abordagem específica aliada a diferentes experiências no espaço público e edificado.

Para o grupo de destinatários afetos à autarquia, nomeadamente os técnicos relacionados com a Gestão Urbanística, Ordenamento e Planeamento do Território, foram genericamente abordados casos práticos onde foi possível avaliar a aplicação das melhores práticas ao serviço da construção de cidades e vilas acessíveis. Essa análise teve por referência as barreiras urbanísticas mais frequentes e a estratégia de adoção das melhores práticas.

No âmbito do grupo de destinatários, Gabinetes Locais, Empresas e Escritórios de Projeto, além da abordagem de casos práticos onde foi possível avaliar a aplicação das melhores práticas ao serviço da construção de cidades e vilas acessíveis foi feita uma sensibilização sobre a aplicação dos princípios do “Design for All” em projetos de arquitetura e urbanismo.

Para o grupo, Técnicos de Transportes, Comércio e Turismo, a sessão incidiu igualmente sobre casos práticos onde foi possível avaliar a aplicação das melhores práticas ao serviço da construção de cidades e vilas acessíveis, tendo por base diferentes dinâmicas.

No âmbito dos transportes procedeu-se à análise de Barreiras e Boas práticas ao nível da Acessibilidade no novo material circulante, Acessibilidade com a adaptação do material circulante existente, Acessibilidade em novas infraestruturas, Acessibilidade em infraestruturas existentes.

No âmbito do Comércio procedeu-se à análise de Barreiras e Boas práticas ao nível da acessibilidade em novos projetos e acessibilidade com a adaptação de estabelecimentos comerciais já existentes.

No âmbito do Turismo procedeu-se à análise de Barreiras e Boas práticas ao nível da acessibilidade em novos projetos e acessibilidade com a adaptação de espaços turísticos já existentes.

COMPONENTE PRÁTICA

Em todas as ações, os formandos foram alvo de uma experimentação, em Espaço Público e edificado, da deficiência/mobilidade reduzida e da cegueira, tendo por base a utilização de cadeiras de rodas e bengalas brancas/vendas de olhos, respetivamente.

Com esta dinâmica, os formandos saíram mais sensíveis para a dificuldade de vencer pequenos obstáculos e da derradeira necessidade de contemplar nas suas atividades a resolução ou a solução técnica para as barreiras arquitetónicas mais evidentes.

EQUIPA PEDAGÓGICA

A monitorização das ações de informação/sensibilização foi sempre acompanhada por um formador sénior com domínio e experiência de todas as áreas de intervenção. Tratou-se sempre de formadores certificados (Certificado de Aptidão Profissional - CAP) e com mais de 3 anos de experiência na área.

MEIOS PEDAGÓGICOS:

No âmbito das ações de informação/sensibilização, todos os formandos tiveram direito a um dossier com os seguintes elementos:

- Apresentações multimédia: PPT;
- GUIA de Acessibilidade e Mobilidade para Todos - em formato digital;
- Plantas de Trabalho | Mapas de localização;
- Certificado Final.

Todos estes elementos foram também distribuídos em formato digital (CD/DVD).



Figura 7: Fotografias de ações de informação/sensibilização.



4.4. Participação Pública

Foi igualmente definida uma estratégia de participação da população que incidiu em sessões de esclarecimento e debates públicos com o objetivo de esclarecer dúvidas e questões em torno da matéria em causa, bem como recolher os contributos da população e dos representantes da sociedade civil.

Esta intervenção permitiu também trabalhar em torno da criação de grupos de trabalho para as acessibilidades, grupo de intervenientes internos e externos com funções diferenciadas que participou nos momentos chave de apresentação pública dos estudos, promovendo uma discussão partilhada que potenciou os resultados dos Planos de Promoção da Acessibilidade de Pombal.

Estas ações de participação pública tiveram por base não só o público em geral, mas também os técnicos de autarquia os gabinetes locais, a sociedade civil organizada em associações, IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social, e os principais organismos da vida ativa do município, que garantiram uma constante sensibilização, envolvimento e capacidade de induzir ações consequentes nesta matéria.

Neste âmbito fizeram parte apresentações públicas, ações de sensibilização, reuniões de gestão/ debate e ações de divulgação nos órgãos de comunicação social, em especial estações de rádio e jornais.



Figura 8: Momentos de Participação Pública.



4.5. Visita de Boas Práticas

Porque os Planos de Promoção de Acessibilidade de Pombal tinham por objetivo dar uma dimensão transnacional, entendeu-se que seria de elevada importância a realização de uma visita de estudo a um destino europeu cujas boas práticas de acessibilidade e mobilidade para todos fossem sobejamente reconhecidas nesta matéria.

Com a concretização desta atividade pretendeu-se que os decisores políticos e os técnicos municipais observassem casos de estudo concretos, onde se implementaram diferentes medidas para o acesso de todos os cidadãos aos centros urbanos, ficando, os participantes, com uma nova perspetiva da acessibilidade e sua implementação no espaço público e edificado. Desta forma, realizou-se uma visita à cidade de Barcelona, em Espanha, como boa prática internacional na implementação de soluções de acessibilidade e mobilidade para todos. Aproveitou-se a oportunidade para conhecer os projetos em curso e as intervenções realizadas em matéria de acessibilidade universal.

Programa

Dia 22 janeiro 2014

13:00	Reunião de início da visita.
15:30	Início de visita guiada pela cidade de Barcelona.

Dia 23 janeiro 2014

9:15	Encontro entre os representantes da C.M. Pombal e Ayuntamiento de Barcelona.
11:45	Visita guiada pela sede do Ayuntamiento de Barcelona.
12:15	Deslocação a pé até ao Museu del Born.
12:30	Visita ao Museu del Born e verificação das suas medidas de acessibilidade física e comunicativa.
13:15	Deslocação de metro até á biblioteca del Poblenou.
13:45	Visita à Biblioteca del Poblenou e verificação das suas medidas de acessibilidade física e comunicativa.
14:15	Deslocação em BUS até à praia de Barceloneta e verificação das suas medidas de acessibilidade.
16:00	Deslocação de metro até ao Instituto Municipal de Personas con Discapacidad (IMD).
16:30	Percurso pelo IMD e explicação das medidas de acessibilidade comunicativa na cidade de Barcelona.

Dia 24 janeiro 2014

10:00	Encontro no Turisme de Barcelona - Apresentação da estratégia "Barcelona - Cidade Turística Acessível".
-------	---





Figura 9: Momentos da Visita de Boas Práticas (22 a 24 de janeiro de 2014).



4.6. Seminário Internacional

O Município de Pombal realizou, no dia 05 de março de 2014, no Teatro-Cine de Pombal, um seminário internacional subordinado ao tema “A acessibilidade e a mobilidade como fatores de desenvolvimento”, com o objetivo de sensibilizar para as melhores práticas na construção de um Território para Todos. Este seminário teve por objetivo dar continuidade às políticas de eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de comunicação, construindo um território mais democrático.

Neste âmbito foram abordadas, em quatro painéis distintos, temáticas como a promoção da acessibilidade em Pombal, os conceitos e práticas de acessibilidade para todos com apresentação de experiências nacionais e internacionais e o turismo acessível, como fatores de desenvolvimento territorial. Foram ainda, apresentados os principais resultados, as melhores soluções e respetivos modelos de execução de ações em matéria de acessibilidade e mobilidade para todos.

No final da sessão houve lugar à apresentação pública, em suporte de livro, do Manual de Orientações Técnicas em matéria de acessibilidade.



Figura 10: Momentos do Seminário Internacional - 05 de março de 2014 no Teatro-Cine de Pombal.



Pombal Inclusivo

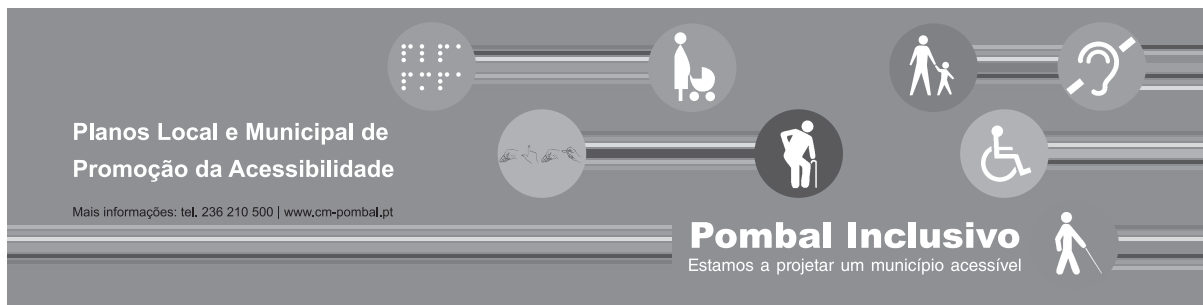
Estamos a projetar um município acessível

4.7. Campanhas de Comunicação e Divulgação

Desde a fase de lançamento até à divulgação final dos Planos de Promoção da Acessibilidade, abrangendo todas as atividades, foram planeadas e desenvolvidas campanhas de comunicação e divulgação tendo por base vários suportes e produtos que, de alguma forma, transmitissem a ideia de acessibilidade que se pretendia implementar no município de Pombal.

Assim, dos produtos comunicacionais desenvolvidos fizeram parte convites, flyers, cartazes, pastas, entre outros. Estas campanhas integraram spots de rádio, artigos e notícias transmitidos e publicados, respetivamente, em rádios e jornais locais e regionais.

De apoio a estes Órgãos de Comunicação Social foram redigidas várias notas de imprensa a fim de atingir públicos diversificados.



Políticas de Mobilidade	PROGRAMA MUNICIPAL	PROGRAMA LOCAL
<p>Pombal Acessível</p> <p>A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício dos direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, como o direito à Qualidade de Vida, à Liberdade de Expressão e Associação, à Informação, à Dignidade Social e à Capacidade Civil, bem como à Igualdade de Oportunidades no acesso à Educação, à Saúde, à Habitação, ao Lazer e Tempo Livre e ao Trabalho.</p> <p>A aprovação da candidatura ao Programa Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade – Pombal, no âmbito do RAMPA – PÓPH, permitirá criar, no concelho de Pombal, um conjunto de medidas que garantam, progressivamente, a eliminação das barreiras arquitetónicas, sociais e psicológicas que todos os dias prejudicam a vida de todos aqueles com mobilidade reduzida.</p>	<p>O Programa Municipal de Promoção de Acessibilidade é um programa estratégico que tem por objetivo a melhoria da acessibilidade no concelho. Este programa é simultaneamente um plano e um processo. Plano, porque enquadra medidas estratégicas e releva ações estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções. Processo, porque envolve populações, associações e entidades de modo a inserir dinâmicas municipais capazes de manter este desígnio cívico de integração na agenda de trabalho de toda a comunidade. Este programa, de natureza multidisciplinar, abordará as temáticas do espaço público, do edificado, dos transportes, da comunicação, do design e da infoacessibilidade.</p>	<p>O Programa Local de Promoção da Acessibilidade consiste na adoção das medidas estratégicas de acessibilidade a um território concreto. Deleta os problemas existentes, estuda as soluções apropriadas e propõe as ações específicas para dotar a área previamente definida das condições próprias do acesso universal à cidade. Porém, não é apenas um documento técnico porque engloba compromisso político, participação cívica, envolvimento e parcerias múltiplas, pesquisa de soluções orçamentais e modelos de execução das ações. É assim, o espaço exemplar para efetivar o princípio universal do Direito à Cidade.</p>

Figura 11: Flyer Divulgação do Lançamento dos Planos.

	<p>14 fevereiro 2013 Mini-audatório do Teatro-Cine de Pombal</p> <p>O Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Narciso Ferreira Mota, tem o prazer de convidar V. Ex.^ª para a Apresentação Pública dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade de Pombal, no âmbito do Projeto cofinanciado pelo PÓPH - RAMPA - Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, a realizar no dia 14 de Fevereiro de 2013, pelas 17h30, no Mini-audatório do Teatro-Cine de Pombal.</p>
--	---

Figura 12: Convite – Divulgação do Lançamento dos Planos.

Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade

Pombal Inclusivo, município para Todos

Estamos a projetar um município acessível, promovendo:

- Formação
- Sensibilização
- Comunicação
- Workshops
- Participação Pública
- Estudos de Acessibilidades

**Participe!
Não fique indiferente!**

Mais informações: tel. 236 210 500 | www.cm-pombal.pt

Seminário Internacional
A acessibilidade é mais uma forma de desenvolvimento

Pombal Inclusivo
Ações de Sensibilização Escolar
ESCOLA DE ACESSIBILIDADE

"A cidade dos criativos é sorridente e aberta, é criativa e imaginativa, é desperta e curiosa. A cidade dos criativos é observadora e coladora, é verde e luminosa, é montea e inventiva."
Paula Tóes

POMBAL, uma cidade para TODOS

SE O MEU CARRO FALASSE...

"Fico entesourado, quando me estaciono um segundo dia."
"Não gosto de um milhão, mas de te ver a pagar milhas, por favor regista as tuas."
"A estrada é longa por favor deixa as passadeiras e os sequeiros para os polícias."
"Os meus sonhos de relacionamento são dignidade e segurança."
"Por favor não me estaciones no passado."

Cuide da nossa cidade, estacione bem!

POMBAL, uma cidade para TODOS

CARRO BEM ESTACIONADO

Parabéns, continuamos a contar consigo!

Figura 13: Suportes de Divulgação e Acompanhamento dos Planos.

POMBAL ACESSÍVEL

A Acessibilidade e Mobilidade são uma prioridade nas políticas do nosso Município.

Dia 14 de fevereiro pelas 17h30, no Mini-auditório do Teatro-Cine em Pombal, Apresentação Pública dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade de Pombal.

Participe!

Vamos, sem exceção, desenhar POMBAL INCLUSIVO, UM MUNICÍPIO PARA TODOS.

Uma iniciativa apoiada pelo QREN-POPH



Figura 14: Spot Rádio Cardal e Rádio Clube de Pombal – Divulgação do Lançamento dos Planos.

Notícias do CENTRO Jornal digital da região Leiria-Coimbra

Autarca de Pombal vai a Barcelona visitar cidade inclusiva

O presidente da Câmara Municipal de Pombal vai deslocar-se este mês a Barcelona para visitar "in loco" as várias medidas implementadas que fazem de uma cidade europeia inclusiva. A visita será realizada no âmbito do projecto "Pombal Inclusivo" que contempla os programas Municipal e Local de Promoção da Acessibilidade, no âmbito de uma candidatura ao programa RAMP.

Diogo Mateus far-se-á acompanhar pela vereadora do pelouro, Ana Gonçalves, bem como das técnicas do município, Sílvia Ferreira e Odete Gomes, para além do presidente da Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (Cercipom), Manuel Santos, também comandante da Esquadra da PSP de Pombal.

Apresentado publicamente em Fevereiro do ano passado, o "Pombal Inclusivo" tem como objectivo principal melhorar a qualidade de vida dos municípios e quem visita o conceito, sobretudo, os de mobilidade reduzida.

O programa Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade resultam da aprovação de uma candidatura ao Programa de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade (RAMPA), no valor de cerca de 170 mil euros, e consistirá em: um conjunto de medidas que garantam, progressivamente, a eliminação das barreiras arquitectónicas, sociais e psicológicas que todos os dias produzem a vida de todos aqueles com mobilidade reduzida; anuncia a Câmara Municipal.

Segundo o editor, o Programa Municipal de Promoção de Acessibilidade envolve populações, associações e entidades de "trabalho" e inserir dinâmicas municipais capazes de manter o desafio único de integração na agenda de trabalho de toda a comunidade. Trata-se de um programa de natureza multidisciplinar que abordará as temáticas do espaço público, do edifício, dos transportes, da comunicação, do design e da infra-estrutura.

Já o Programa Local, que consiste na adopção de medidas estruturais de acessibilidade a um território concreto, directa ou indirectamente, resulta em soluções apropriadas e prioriza as acções específicas para dotar a vila de um ambiente definido das condições prioritárias do acesso urbano à cidade.

Entretanto, a autarquia debaterá, recentemente, aderir à Rede de Cidades e Vilas de Excelência que visa possibilitar a intervenção no espaço urbano através de um plano baseado na paridade de conhecimentos e competências em rede.

Artigo recente: Autarca de Pombal vai a Barcelona visitar cidade inclusiva

Região Oeste promove-se em cinco dias da ExpoFaga

PSD Pombal pede "reflexão séria" sobre a elevada abstenção nas eleições

Delito estultante de 17 anos por tráfico de droga em Pombal

Câmara de Soure "indignada" com atraso na abertura do nó na autoestrada A1

Subscrição

Subscreva (indicando o seu email) para receber notificações de novas notícias

Junte-se a 5 710 outros seguidores

Editar

Ambiente

Cultura

Desporto

Economia

Educação

Opção

Política

Religioso

Saúde

Sociedade

Assine o Diário de Leiria em versão Ipad ou Iphone clique aqui...

1ª Página da Edição de Hoje

Diário de Leiria

NOTÍCIAS SUPLEMENTOS ASSINATURAS CONTACTOS ESTATUTO EDITORIAL FICHA TÉCNICA

Fundador: Adiriano Lucas (1925-2011) Director: Adiriano Callé Lucas

Há 25 anos a

Segunda, 14 de Fevereiro de 2014

Siga-nos no Facebook

DL Diário de Leiria Like

13,256 people like Diário de Leiria.

Pombal: Autarca visita cidade inclusiva em Barcelona

Município tem em curso o projecto 'Pombal Inclusivo', que visa melhorar qualidade de vida de cidadãos com mobilidade reduzida

Edição de: Terça, Janeiro 7, 2014

O presidente da Câmara Municipal de Pombal vai deslocar-se este mês a Barcelona para visitar "in loco" as várias medidas implementadas que fazem daquela uma cidade europeia inclusiva. A visita será realizada no âmbito do projecto "Pombal Inclusivo" que contempla os programas Municipal e Local de Promoção de Acessibilidade, no âmbito de uma candidatura ao programa RAMP.

Diogo Mateus far-se-á acompanhar pela vereadora do pelouro, Ana Gonçalves, bem como das técnicas do município, Sílvia Ferreira e Odete Gomes, para além do presidente da Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (Cercipom), Manuel Santos, também comandante da Esquadra da PSP de Pombal.

Recomendar

Ler notícia completa na edição em papel

Publicidade

LEI QUE A TR... EMENTA PRATO... VEND... IC 2, CAS BATALHA... mostreid

Figura 15: Artigos Publicados sobre os Planos de Promoção da Acessibilidade: Website Notícias do Centro e Diário de Leiria.

A black and white photograph of a city square. In the foreground, there are several trees, including two tall palm trees. In the background, there are buildings, one of which has a sign that says "FACTOS". The sky is overcast.

5.

Planear bem

Projetar melhor



ambalante

obreu

Nova People

PARAÍSO DA MODA

EMPANADOS QUINDI
PRATA SEAGRAM

HOTEL HOTEL

5.



Plano

Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade

A elaboração de um Plano de Promoção de Acessibilidade responde à mudança do paradigma da acessibilidade em Portugal, apresentando uma nova estratégia em torno do planeamento urbano ao qual se associa uma visão de democratização dos territórios através da Acessibilidade e Mobilidade para Todos.

A sua conceção consiste, essencialmente, no cruzamento do diagnóstico urbanístico e arquitetónico do território com o diagnóstico social do município, em matéria de necessidades de Acessibilidade para Todos.

Esta abordagem interdisciplinar, com leituras a diferentes escalas, é a chave para que os Planos atinjam os objetivos a que se propõem e ainda, superem níveis de qualidade relativamente aos instrumentos legislativos em vigor (DL n.º 163/06 de 8 de Agosto). Esta abordagem exige uma metodologia simples mas eficaz, que permita agir de forma sistematizada e metódica, monitorizando as diferentes fases e ações em curso.

Assim sendo, a metodologia proposta assenta em quatro pilares de base, a saber; Governância, Participação, Conhecimento e Sensibilização e os Estudos Específicos, integrantes das ações desenvolvidas.

Para atingir a finalidade a que se propõe, é imprescindível a coordenação, apoiada numa metodologia estratégica, em cinco áreas temáticas numa valorizada conexão, no que diz respeito à Acessibilidade para Todos:

- Espaço Público,
- Edificado,
- Transportes,
- Comunicação,
- Infoacessibilidade.

Espaço Público



Edificado



Infoacessibilidade



Transportes



Comunicação

Figura 16: Áreas temáticas de intervenção dos Planos de Promoção da Acessibilidade.





5.1. Espaço Público

5.1.1. Áreas de Intervenção

A maior parte das cidades ou vilas não apresenta um plano original homogêneo, mas sim a sobreposição de dois ou mais tipos de plantas, correspondendo cada uma delas a épocas distintas. Este facto resulta numa série de problemas urbanos, principalmente nas áreas mais antigas das cidades ou vilas, em que as ruas estreitas e tortuosas dificilmente conseguem garantir uma mobilidade eficaz para as pessoas, já que as cidades/vilas a elas pertencem.

A resolução dos problemas urbanos é um enorme e dinâmico desafio, dada a constante mutação dos espaços e dos comportamentos dos seus intervenientes. Devido à falta de espaço nas cidades e vilas, torna-se difícil encontrar soluções, pelo que se torna necessário fazer uma adequação específica a cada tipo de território e, ainda de métodos e instrumentos que possam implementar, sem prejuízo de muitos e em benefício de todos, medidas eficazes e contemporâneas, sem nunca descurar a história e a identidade de cada cidade ou vila.

Quando falamos do município de Pombal, em termos de espaço público, o estudo tem como propósito o diagnóstico e respetivas propostas de intervenção, das barreiras existentes na via pública, bem como, dos níveis de acessibilidade dos corredores que interligam a rede pedonal da área de intervenção dos Planos.

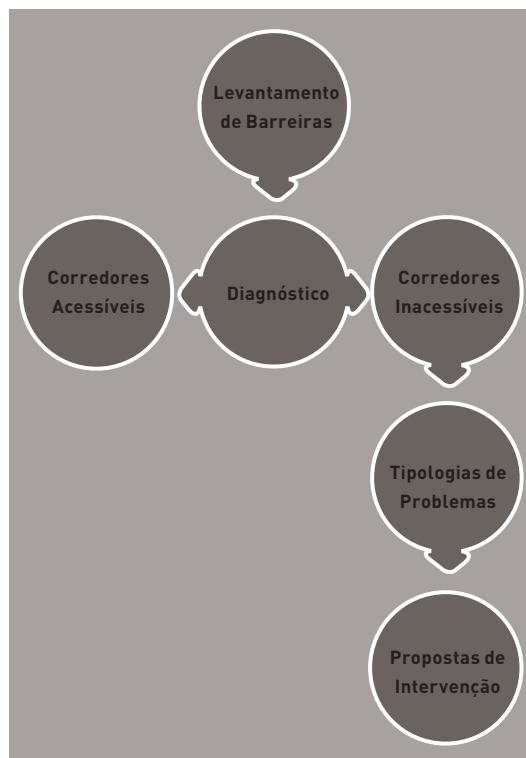


Figura 17: Metodologia para a caracterização do nível da acessibilidade no espaço público do município de Pombal.

A seleção das áreas com indispensabilidade de intervenção, no que concerne aos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, foi da responsabilidade do Município de Pombal.

Relativamente ao Plano Local (Centro da Cidade), a área analisada caracteriza-se por uma malha urbana do tipo linear contínuo e composto essencialmente por edifícios públicos e de comércio e serviços, bem como por habitação plurifamiliar, com edifícios de vários pisos, que vão adquirindo características unifamiliares à medida que nos afastamos do centro da cidade.

A área em estudo do Plano Local de Promoção da Acessibilidade de Pombal corresponde, assim, à área da cidade onde se concentra o maior número de equipamentos e serviços, tais como, desportivos, de saúde, de ensino, religiosos, sociais, culturais, administrativos, de segurança, entre outros. Incluem-se, ainda, todas as áreas onde ocorrem as maiores dinâmicas de fluxos comerciais e populacionais.

Esta área é limitada a norte pelo nó de acesso à A1 (Lisboa-Porto) e IC8 (Figueira da Foz-Castelo Branco), pela Rua Família Neves e Rua S. João de Deus. A este, apresenta-se limitada pela Rua Carlos Alberto de Mota Pinto, pela Estrada Nacional 237 e pela Rua da Encosta do Castelo; a sul, pela Rua de Dr. Custódio Freire e Rua Dr. Amadeu Cunha Moura. A Rua de Leiria, Rua Filarmónica Artista Pombalense, Av. Armindo Carolino, Av. Arquiteto Rosado Correia e Rua da Estação, delimitam a área de intervenção na frente oeste, como é visível na imagem adjacente.

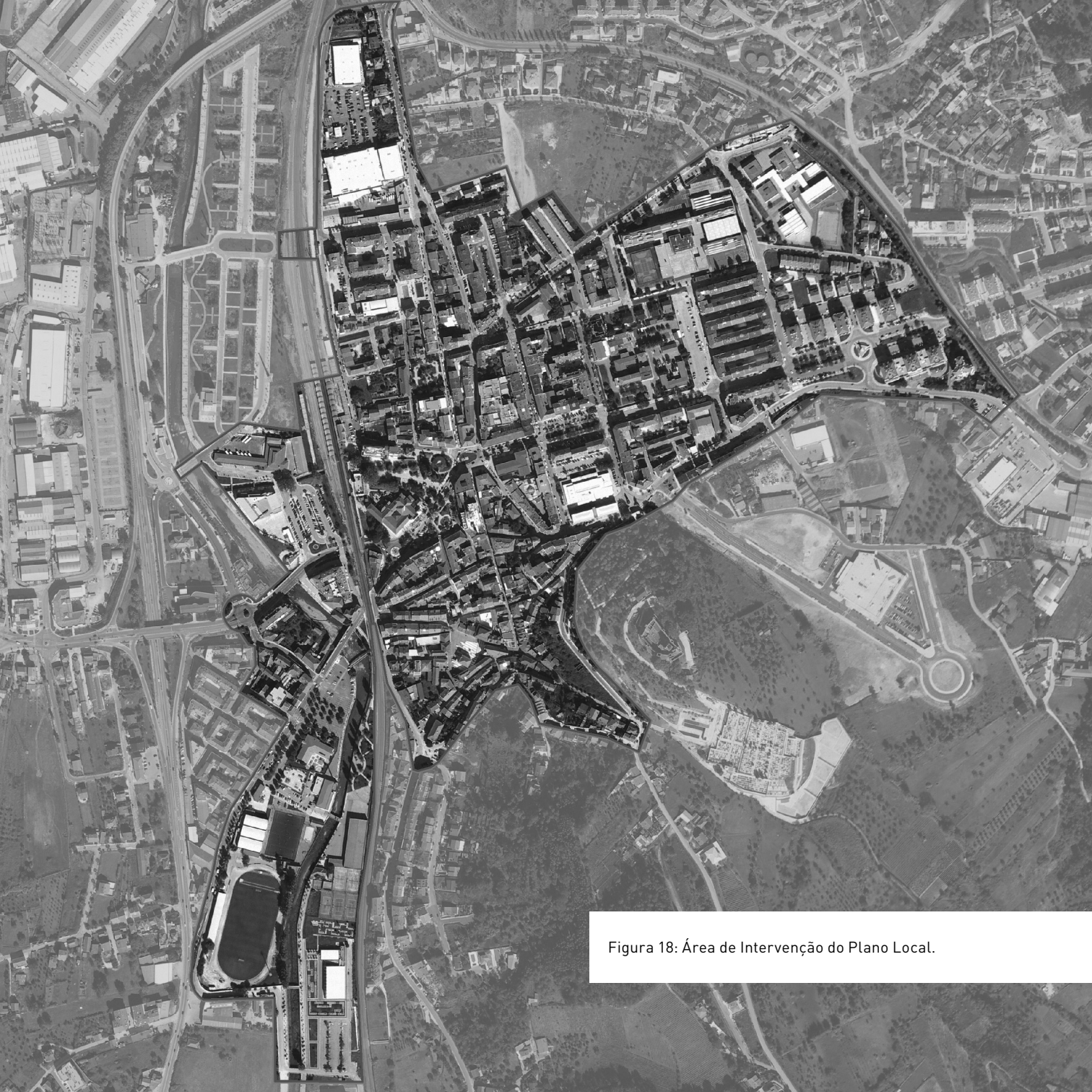


Figura 18: Área de Intervenção do Plano Local.

A elaboração do Plano Municipal, teve como principal objetivo a promoção da acessibilidade nas freguesias que constituem o município de Pombal. De uma forma geral foram definidas as seguintes áreas de intervenção no concelho – Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Carriço, Guia, Ilha, Lourical, Mata Mourisca, Meirinhas, Pelariga, Redinha, Santiago de Litém, São Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã.

Estas áreas caracterizam-se pela existência de distintas malhas urbanas, constituídas por diferentes tipologias de alojamentos. O núcleo urbano, em estudo, é composto essencialmente por habitação unifamiliar, normalmente com um ou dois pisos, disposta ao longo das vias. O mosaico urbano é irregular, sendo a envolvente paisagística marcada pela presença de extensas áreas agrícolas.

Estas áreas analisam quer os núcleos urbanos das freguesias do município de Pombal, quer as áreas de expansão mais recente, aglutinadoras de serviços públicos ou privados, importante para o município, em que se destacam alguns edifícios da administração local, associações, equipamento: de educação, de saúde, de religião, de desporto, sociais e de lazer.



Figura 19: Área de Intervenção do Plano Municipal.

5.1.2. Levantamento e Diagnóstico

Para tornar mais fácil e perceptível o diagnóstico, optou-se pelo recurso a uma análise por “Tipologia de Barreira”, tendo em conta que se trata da melhor forma de compreender o “estado atual e as necessidades de acessibilidade e mobilidade” do município de Pombal.

No que respeita à classificação das barreiras, estas foram sistematizadas e divididas tecnicamente em barreiras urbanísticas/arquitetónicas e móveis.

Consideraram-se barreiras urbanísticas e arquitetónicas, todas as que detêm um carácter permanente de implantação no território. Neste âmbito, incluem-se vários elementos de mobiliário urbano, sinalética e elementos construídos capazes de impedir a livre circulação dos peões, de forma segura e confortável, como sejam as papeleiras, os sinais de trânsito, abrigos de transportes coletivos, degraus, escadas, prumos, mecos, entre uma grande variedade de outros elementos.

Por barreiras móveis consideraram-se todas as tipologias de elementos que mudam indefinidamente de localização, apresentando um carácter temporário

Barreira	Designação
	Bandeira
	Bola, Prumo ou Meco
	Caldeira de Árvore
	Cicloparque
	Estacionamento Abusivo no Passeio
	Floreira
	Gradeamento
	Gradeamento com Publicidade
	Iluminação de Festas e Romarias
	Obra ou Tapume
	Obstáculo Comercial
	Papeleira
	Placa Toponímica
	Poste com Floreira
	Sinal de Trânsito
	Abrigo de Transportes Públicos
	Contentor do Lixo
	Marco do Correio
	MUPI
	Quiosque
	Armário (EDP, Gás, ...)
	Árvore
	Boca-de-incêndio
	Cabina Telefónica
	Candeeiro de Iluminação Pública
	Degrau, Escada ou Rampa
	Parquímetro
	Passadeira (Ausência ou pintura degradada)
	Passadeira a Terminar em Estacionamento
	Passadeira Mal Dimensionada
	Pavimento Degradado
	Rebaixamento de Passeio
	Semáforo

Figura 20: Legenda das plantas de Tipologias de Barreiras no Espaço Público.

de implantação no território. Falamos, nestas situações, de veículos estacionados em cima dos passeios, de obstáculos comerciais a obstruir os canais de circulação dos peões ou de esplanadas desordenadas que ocupam os passeios, dificultando, de igual forma, a livre circulação pedonal.

As barreiras móveis apresentam-se como as mais complexas tendo em conta a constante variação da sua localização. Esta característica dificulta o reconhecimento por parte de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidades na habitação ao percurso.

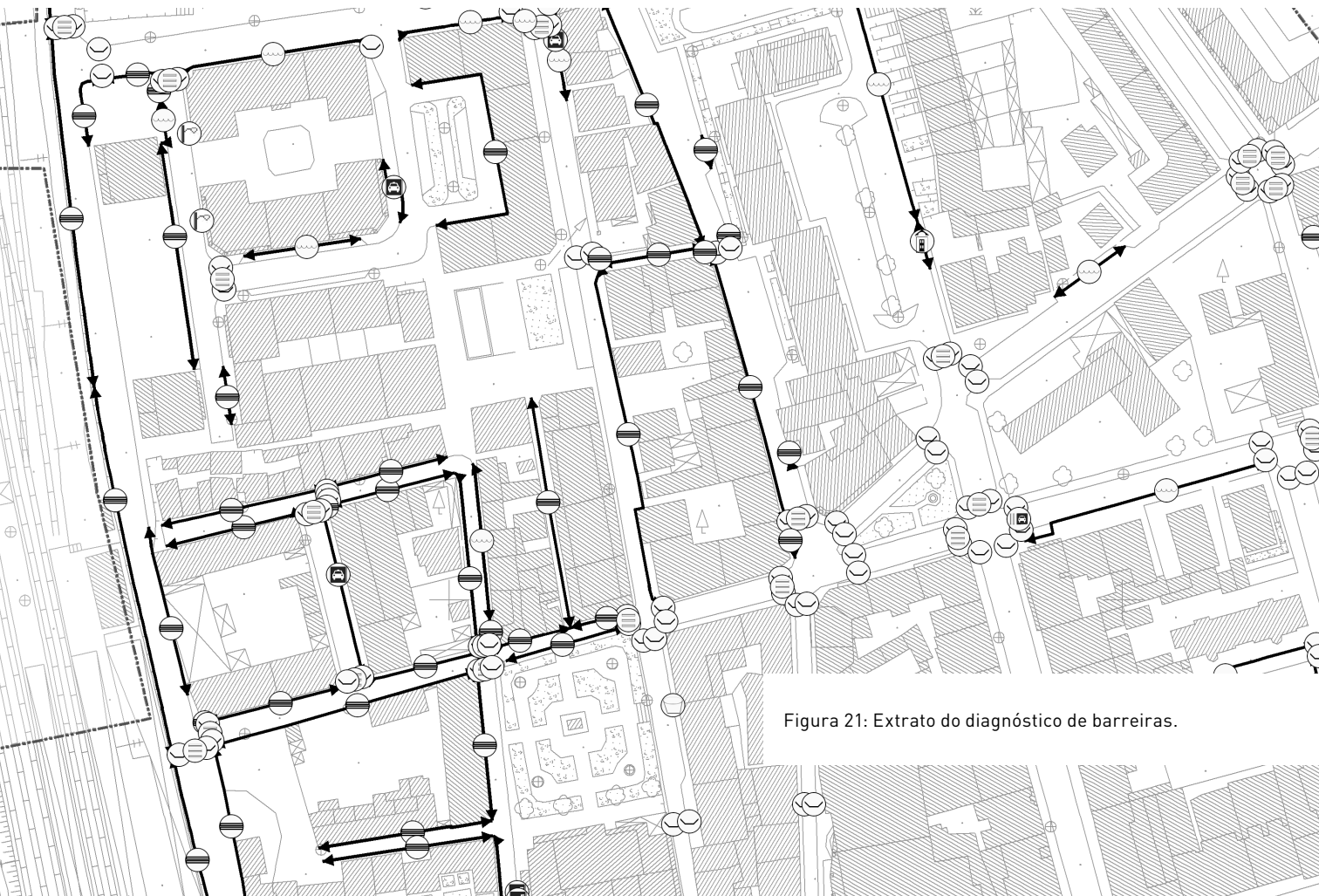


Figura 21: Extrato do diagnóstico de barreiras.

No seguimento do levantamento efetuado no Espaço Público foram identificados e georreferenciados determinados elementos urbanos. Estes, apesar de se encontrarem muitas vezes fora do percurso acessível de 1,2 m ou 1,5 m, não podem deixar de ser mencionados já que continuam a constituir perigo para alguns transeuntes, cujos padrões de locomoção são menos lineares e mais erráticos.

Mencionamos, com especial ênfase, alguns grupos mais frágeis em termos de locomoção, como os idosos, crianças, indivíduos com incapacidades sensoriais e até de pessoas com dificuldades de deslocação momentânea. Toda esta problemática tem a ver, obviamente, com a incorreta organização do espaço urbano: por um lado, uma deficiente gestão do espaço público que defina as principais orientações, por outro, o incumprimento das leis. A não organização do espaço público, e dos elementos urbanos que dele fazem parte, poderão resultar na criação de territórios não planeados e não desejados.

Como forma de fomentar a aplicação do DL n.º 163/2006 de 8 de Agosto, desenvolveu-se um documento sistémico que detalha, de forma clara e concisa, um conjunto de implicações e a melhor forma de as resolver. Enquadra os princípios do design universal e a legislação nacional como orientação para a resolução dos problemas mais comuns das nossas vilas e cidades.

Além do exposto, desenvolveram-se soluções que pretendem apoiar e complementar as estratégias de intervenção no espaço público, definidas pelo município. Estes aspetos são ainda ilustrados para que o seu entendimento seja o mais correto e claro possível.



----- percurso inacessível
———— percurso acessível

Figura 22: Extratos de percursos acessíveis e inacessíveis do Plano Local (cidade de Pombal).

5.1.3. Propostas de Intervenção

Com efeito, e considerando a metodologia adotada para a identificação de barreiras, a fase final de desenvolvimento dos planos permite apresentar em cartografia as propostas de intervenção no espaço público, estando agrupadas em quatro tipologias distintas:

Tipo de Intervenção











-  Relocalização ou Remoção Simples de Barreiras
-  Intervenções Mistas
-  Pequena Obra de Adaptação Pontual
-  Desenho urbano (metros) - Reperfilamento de Vias
 -  Perfil-tipo 1 | $\leq 5,15$
 -  Perfil-tipo 2 |] 5,15 ; 5,40]
 -  Perfil-tipo 3 |] 5,40 ; 8,40]
 -  Perfil-tipo 4 |] 8,40 ; 9,60]
 -  Perfil-tipo 5 | $> 9,60$
-  Cruzamentos, entroncamentos ou praças

Figura 23: Tipos de Intervenção associados às barreiras em Espaço Público.

Proposta Intervenção	Barreira	Designação
		Bandeira
		Bola, Prumo ou Meco
		Caldeira de Arvore
		Cicloparque
		Estacionamento Abusivo no Passeio
		Floreira
		Gradeamento
		Gradeamento com Publicidade
		Iluminação de Festas e Romarias
		Obra ou Tapume
		Obstáculo Comercial
		Papeleira
		Placa Toponímica
		Poste com Floreira
		Sinal de Trânsito
		Abrigo de Transportes Públicos
		Contentor do Lixo
		Marco do Correio
		MUPI
		Quiosque
		Armário (EDP, Gás, ...)
		Árvore
		Boca-de-incêndio
		Cabina Telefónica
		Candeeiro de Iluminação Pública
		Degrau, Escada ou Rampa
		Parquímetro
		Passadeira (Ausência ou pintura degradada)
		Passadeira a Terminar em Estacionamento
		Passadeira Mal Dimensionada
		Pavimento Degradado
		Rebaixamento de Passeio
		Semáforo

Figura 24: Legenda das plantas de Tipologias de Intervenção em Espaço Público.

a) Relocalização ou Remoção Simples de Barreiras

Entende-se como as ações em que as barreiras presentes no espaço público são removidas de forma simples, sem obra, usando os recursos existentes nas autarquias;

b) Intervenções Mistas

Considerou-se nesta classificação de intervenções no espaço público, os obstáculos que poderão ser englobados na categoria Relocalização ou Remoção Simples de Barreiras ou Pequena Obra de Adaptação Pontual, pela multiplicidade de tipologias existente. Por exemplo, a existência de contentores do lixo, que podem implicar uma pequena obra se falarmos de um molok ou, por outro lado, a simples relocalização/remoção se falarmos de um contentor convencional.

c) Pequena Obra de Adaptação Pontual

Entende-se como sendo a remoção de barreiras que, pela sua dimensão de implantação no espaço público, e/ou pela ligação a infraestruturas de água, eletricidade, gás ou telecomunicações, necessitam de pequenas empreitadas;

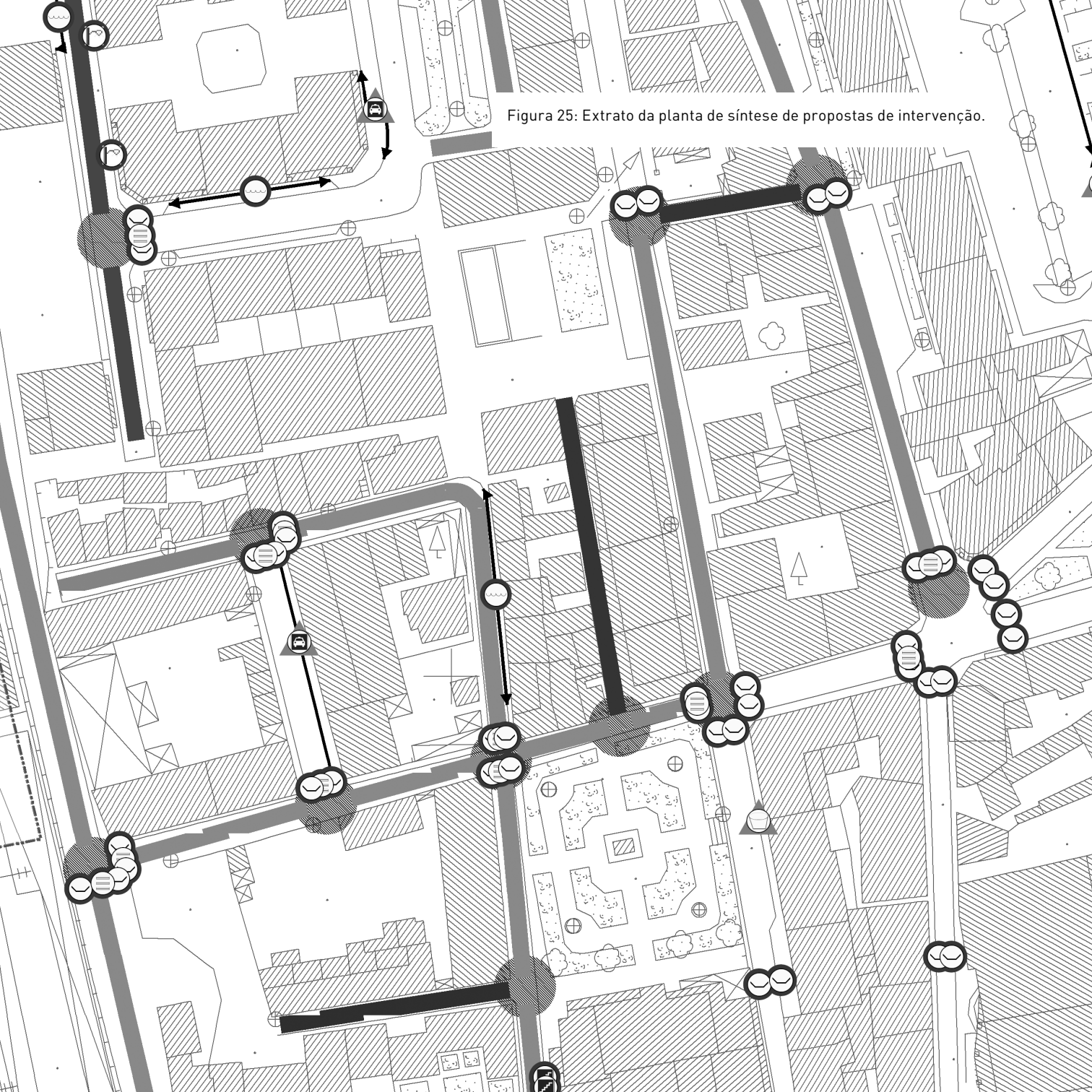
d) Desenho Urbano

A quarta tipologia de proposta apresentada – Desenho Urbano – aplica-se a dois problemas específicos, identificados no momento de levantamento do estado da acessibilidade no espaço público:

- Extensões significativas de ausência de passeio;
- Passeios subdimensionados.

Trata-se de um tipo de intervenção que implica o desenho dos arruamentos, dados os dois fatores acima descritos. Como tal, as propostas elencadas desdobram-se em cinco modelos de perfis definidos com base nos parâmetros de largura dos arruamentos, apoiados num dossier de perfis-tipo.

Figura 25: Extrato da planta de síntese de propostas de intervenção.



Para além dos cinco perfis-tipo definidos, foram considerados os cruzamentos, representados por uma trama específica, uma vez que estas áreas de confluência impossibilitam a continuidade ou junção dos perfis-tipo, por apresentarem geometria variada. Como tal, deverá ser desenvolvida uma solução diferenciada para cada caso em concreto.

Ainda na fase de propostas de intervenção, foi desenvolvido um importante auxiliar de intervenção de forma a concretizar convenientemente as melhores práticas no âmbito da acessibilidade e mobilidade para Todos. Contudo, este não se apresenta como poção mágica que pode ser aplicada em série, nem resolve facilmente qualquer situação pois, como se sabe, na área do urbanismo e desenho urbano, nenhum local é igual ao outro e, por esta razão, os métodos e formas de adaptação são igualmente diferentes.

Os princípios e normas devem ser aplicados em função da realidade e das peculiaridades de cada local. O cruzamento das explicações escritas, desenhadas e apresentadas com os levantamentos de cada local, são as ferramentas necessárias à elaboração de soluções que, indubitavelmente, serão capazes de tornar significativamente melhores os nossos territórios. Posteriormente, foi elaborado um cruzamento entre aquilo que foram as propostas de intervenção e as orientações fornecidas pelo auxiliar de intervenção produzido.

Tendo em conta as problemáticas existentes, identificadas no momento de análise da acessibilidade, as propostas de adaptação das soluções de acessibilidade, apresentaram-se em esquiço. Estas propostas remetem para a redefinição da tipologia dos arruamentos, com a criação de uma rede contínua de percursos pedonais acessíveis e confortáveis, conduzindo, desta forma, à melhoria da qualidade dos espaços públicos do município. Estas propostas são apresentadas em forma de fotomontagem, onde se tentou, para situações específicas, propor uma organização dos espaços de modo a melhorar o ambiente global dos arruamentos em questão.

Perfil-tipo 1 | Albergaria dos Doze Rua - Principal (EN350)



Perfil-tipo 2 | Mata Mourisca - Rua da Igreja



Figura 26: Propostas Tipo para adaptação de arruamentos.

Perfil-tipo 4 | Pombal - Rua da Encosta do Castelo (EM530)



Perfil-tipo 5 | Carriço - Estrada Nacional 109



Figura 27: Propostas Tipo para adaptação de arruamentos.



5.2. Edificado

Reorganizar, esboçar e projetar espaços é garantir continuidades, é incluir crianças, grávidas, mães com carrinhos de bebê, deficientes de cadeira de rodas, invisuais, idosos e pessoas temporariamente incapacitadas. Estas pessoas representam cerca de 60% da população total (Secretariado Nacional de Reabilitação, 1994), tornando-se essencial fomentar a mobilidade integrada.

A acessibilidade nos edifícios e equipamentos que todos utilizamos é, portanto, uma condição essencial para o uso do espaço urbano e da cidade/vila. O ato de liberdade que está implícito no desenho da cidade e no âmbito deste projeto deve estar presente no edificado, nas suas soluções e funcionalidades. Outorgando o princípio, de que a Arquitetura deve servir o homem e ser funcional. O construído revela-se uma peça fundamental na criação de uma cidade ou vila acessível a todos e sem limites de mobilidade.

Neste contexto, verificando as diversas escalas entre o Homem e as formas construídas é iminente analisar e diagnosticar os problemas inerentes aos edifícios, designadamente os de utilização

pública. Assim, os edifícios que representam serviços importantes no contexto do município, espaços de excelência para a vida municipal, com utilização pública e com serviços aos munícipes, deverão contemplar, com rigor, as atuais condições de acessibilidade.

A metodologia utilizada baseou-se na análise de campo de todos os equipamentos, utilizando fichas descritivas de apoio, notas complementares, fotos, vídeos, entre outros, de modo a permitir posteriormente o estudo mais detalhado em gabinete.



Figura 28: Arquivo Municipal.



Figura 29: Igreja Matriz de Redinha.

Listagem de edifícios com atendimento ao público analisados no âmbito do Plano Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade:

PLANO LOCAL

- Paços do Concelho;
- Arquivo Municipal;
- Mercado;
- Teatro-Cine de Pombal;
- Centro Cultural de Pombal;
- Museu Marquês de Pombal;
- Biblioteca/Auditório;
- Estação Central de Camionagem;
- Edifício Manuel Henriques Júnior;
- Serviços Técnicos Municipais;
- Pavilhão de Atividades Económicas e Piscinas;
- Piscinas;
- Junta de Freguesia de Pombal;
- Tribunal;
- Edifício dos CTT;
- Escola EB 2,3 Marquês de Pombal;
- Escola Secundária de Pombal;

- Escola EB 1,2 Conde de Castelo Melhor;
- Escola EB1 de Pombal;
- Pré-primária de Pombal;
- Edifício da PSP;
- Hospital de Pombal;
- Centro de Saúde;
- Estação da CP;
- Posto da GNR de Pombal.

PLANO MUNICIPAL

Freguesia de Abiúl:

- Junta de Freguesia;
- Extensão do Centro de Saúde;
- Pólo Escolar;
- Igreja Matriz.

Freguesia de Albergaria dos Doze:

- Junta de Freguesia;
- Escola Básica n.º 1;

- Extensão do Centro de Saúde;
- Igreja Matriz.

Freguesia de Almagreira:

- Junta de Freguesia;
- Igreja Matriz;
- Escola Básica n.º 1 e Pré-Primária;
- Extensão do Centro de Saúde.

Freguesia de Carnide:

- Junta de Freguesia;
- Pólo Escolar;
- Igreja ;
- Extensão do Centro de Saúde.

Freguesia de Carriço:

- Junta de Freguesia;
- Igreja;
- Escola Básica n.º 1;
- Pré-Primária;
- Extensão do Centro de Saúde.

Freguesia de Guia:

- CTT de Guia;

- Junta de Freguesia;
- Escola Secundária ;
- Extensão do Centro de Saúde;
- Pré-Primária;
- Escola Básica n.º 1;
- Igreja da Ermida;
- Igreja Matriz;
- GNR.

Freguesia de Ilha:

- Junta de Freguesia;
- Capela;
- Igreja;
- Pré-Primária.

Freguesia de Louriçal:

- Junta de Freguesia / Extensão do Centro de Saúde;
- Pré-Primária;
- Capela do Recolhimento;
- Igreja Matriz;
- Escola Básica n.º 1;

- Pavilhão gimnodesportivo.

Freguesia de Mata Mourisca:

- Junta de Freguesia / Extensão do Centro de Saúde;
- Igreja Matriz;
- Escola Básica n.º 1 e Pré-Primária.

Freguesia de Meirinhas:

- Junta de Freguesia / Extensão do Centro de Saúde;
- Igreja Matriz;
- Escola Básica nº 1.

Freguesia de Pelariga:

- Junta de Freguesia / Extensão do Centro de Saúde;
- Igreja;
- Escola Básica n.º 1 e Pré-Primária.

Freguesia de Redinha:

- Junta de Freguesia;
- Igreja Matriz;
- Pavilhão gimnodesportivo;
- Pólo Escolar.

Freguesia de Santiago de Litém:

- Junta de Freguesia;
- Escola Básica n.º 1;
- Centro Cultural;
- Igreja Matriz.

Freguesia de São Simão de Litém:

- Junta de Freguesia / Extensão do Centro de Saúde;
- Pólo Escolar.

Freguesia de Vermoil:

- Junta de Freguesia / Extensão do Centro de Saúde;
- Igreja;
- Escola Básica n.º 1.

Freguesia de Vila Cã:

- Junta de Freguesia;
- Igreja;
- Escola Básica n.º 1;
- Pré-Primária.

A análise de cada edifício foi desenvolvida em seis níveis de análise. Estes níveis permitiram um estudo mais detalhado e específico de cada edifício.



Figura 30: Esquema da metodologia de análise do Edificado.

O relatório de análise do edificado é composto por três colunas que integram o levantamento fotográfico, o Diagnóstico e as Orientações de Resolução seguido de um quadro síntese onde se identificam as principais barreiras desse mesmo edifício (figuras 31 a 34).

Os vários pontos deste quadro remetem para um capítulo de Orientações Técnicas (consultável no documento integral do estudo), onde são descritos todos os pontos necessários para a resolução das barreiras, apoiados por desenhos técnicos esclarecedores, com as respetivas dimensões, inclinações, design e suas localizações.

Posteriormente à elaboração dos diagnósticos da acessibilidade aos equipamentos elencados, no âmbito da Fase 1 dos Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade, foram estudadas as possibilidades de resolução das debilidades detetadas as quais foram vertidas em fichas sistematizadoras por equipamento.

Estas fichas incluem o diagnóstico elaborado em fase anterior e a respetiva proposta de correção da debilidade detetada. A sistematização da informação através do método indicado permitiu, aos técnicos autárquicos, efetuar uma relação mais imediata entre o problema detetado e a solução preconizada.











5.3.1								
Identificação	PAÇOS CONCELHO							
REGISTO FOTOGRÁFICO		<table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="908 571 1161 613">Diagnóstico geral</th> <th data-bbox="1161 571 1413 613">Não conformidades</th> </tr> </thead> </table>	Diagnóstico geral	Não conformidades				
Diagnóstico geral	Não conformidades							
<table border="1"> <tbody> <tr> <td data-bbox="127 628 412 843">  </td> <td data-bbox="412 628 701 843">  </td> </tr> <tr> <td data-bbox="127 843 412 866">Fig. 1</td> <td data-bbox="412 843 701 866">Fig. 2</td> </tr> </tbody> </table>				Fig. 1	Fig. 2	<table border="1"> <tbody> <tr> <td data-bbox="908 613 1161 913"> Espaço exterior público Passeio – O passeio que envolve o edifício cumpre o DL 163/2006 quanto ao tipo de piso, revestimento e quanto à sua largura. (fig. 1 e 2) </td> <td data-bbox="1161 613 1413 913"></td> </tr> </tbody> </table>	Espaço exterior público Passeio – O passeio que envolve o edifício cumpre o DL 163/2006 quanto ao tipo de piso, revestimento e quanto à sua largura. (fig. 1 e 2)	
								
Fig. 1	Fig. 2							
Espaço exterior público Passeio – O passeio que envolve o edifício cumpre o DL 163/2006 quanto ao tipo de piso, revestimento e quanto à sua largura. (fig. 1 e 2)								
<table border="1"> <tbody> <tr> <td data-bbox="127 938 412 1153">  </td> <td data-bbox="127 1153 412 1176">Fig. 3</td> </tr> </tbody> </table>			Fig. 3	<table border="1"> <tbody> <tr> <td data-bbox="908 913 1161 1200"> Espaço exterior privado Estacionamento – Existe lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida mas não se encontra devidamente sinalizado. (fig. 3) </td> <td data-bbox="1161 913 1413 1200"> Não existe sinalização vertical. </td> </tr> </tbody> </table>	Espaço exterior privado Estacionamento – Existe lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida mas não se encontra devidamente sinalizado. (fig. 3)	Não existe sinalização vertical.		
	Fig. 3							
Espaço exterior privado Estacionamento – Existe lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida mas não se encontra devidamente sinalizado. (fig. 3)	Não existe sinalização vertical.							

Figura 31: Exemplo do relatório de propostas do edifício dos Paços do Concelho de Pombal (1/4).






REGISTO FOTOGRÁFICO	Diagnóstico geral	Não conformidades
 <p data-bbox="166 662 204 680">Fig. 1</p>	<p data-bbox="960 446 1081 461">Acesso ao edifício</p> <p data-bbox="960 465 1171 498">Porta – As portas cumprem a legislação quanto à sua largura.</p> <p data-bbox="960 511 1186 559">Soleira – A soleira da porta de entrada cumpre o disposto no DL 163/2006 quanto à sua altura.</p>	
   <p data-bbox="166 929 204 945">Fig. 1</p> <p data-bbox="461 929 498 945">Fig. 2</p> <p data-bbox="642 929 680 945">Fig. 3</p>   <p data-bbox="166 1171 204 1186">Fig. 4</p> <p data-bbox="340 1171 378 1186">Fig. 5</p>	<p data-bbox="960 695 1111 710">Distribuição no edifício</p> <p data-bbox="960 715 1186 763">Átrio – O átrio cumpre o especificado no DL 163/2006 quanto às suas dimensões e respetivas zonas de manobra. (fig. 1)</p> <p data-bbox="960 775 1171 824">Corredor – Os corredores cumprem o especificado no DL 163/2006 quanto à sua largura. (fig. 3, 4 e 5)</p> <p data-bbox="960 836 1186 914">Escada – A escada cumpre o disposto no DL 163/2006 quanto à sua largura, corrimãos e dimensionamento dos degraus. Devem existir acessos alternativos às escadas, por ascensores e ou plataformas. (fig. 2)</p>	

Figura 32: Exemplo do relatório de propostas do edifício dos Paços do Concelho de Pombal (2/4).

REGISTO FOTOGRÁFICO		Diagnóstico geral	Não conformidades
    		<p>Acesso a dependências</p> <p>Porta – Nem todas as portas cumprem com o decreto. Nem sempre os puxadores possuem uma forma de fácil manuseamento.</p> <p>Soleira – Nem todas as soleiras cumprem a legislação na altura, e não existe um meio complementar de acesso facilitado a pessoas com mobilidade reduzida.</p>	<p>A porta de acesso ao claustro tem 0,73m de largura. Alguns puxadores apresentam-se em forma de maçaneta. (fig. 7)</p> <p>(fig. 4)</p>
  			
  		<p>Dependências</p> <p>Balcões de atendimento – Os balcões não possuem zonas livres de aproximação e zonas rebaixadas para facilitar a utilização por pessoas com mobilidade reduzida.</p> <p>Instalação Sanitária – Não existe instalação sanitária dirigida a pessoas com mobilidade reduzida.</p> <p>Organização do mobiliário - O mobiliário encontra-se organizado e adaptado à sua função, facilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida. (fig. 1, 2, 3, 4)</p>	<p>O balcão da receção tem 1,18m de altura. O balcão do atendimento da presidência tem 1,10m de altura.</p> <p>(fig. 3)</p>
			

Figura 33: Exemplo do relatório de propostas do edifício dos Paços do Concelho de Pombal (3/4).

REGISTO FOTOGRÁFICO	Diagnóstico geral	Não conformidades
 <p data-bbox="173 612 219 627">Fig. 1</p>  <p data-bbox="468 612 514 627">Fig. 2</p>  <p data-bbox="650 612 695 627">Fig. 3</p>	<p data-bbox="960 378 1111 393">Sinalética e Informação</p> <p data-bbox="960 400 1202 461">Sinalética de dependências – A sinalética cumpre a legislação, quanto à altura, dimensionamento dos caracteres, símbolos, cores e materiais utilizados.</p>	
	<p data-bbox="960 642 1111 657">Comandos e Controlos</p> <p data-bbox="960 665 1202 695">(Não foram encontrados itens neste campo para avaliação)</p>	

Figura 34: Exemplo do relatório de propostas do edifício dos Paços do Concelho de Pombal (4/4).



5.3. Transportes

A acessibilidade de um município deve contemplar não só o espaço público e o edificado, mas também as redes de transporte que permitem aos cidadãos, deslocações dentro do espaço funcional definido.

Deste modo, e pela abrangência das áreas em estudo dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, englobando as freguesias de Abiúl, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Carriço, Guia, Ilha, Lourical, Mata Mourisca, Meirinhas, Pelariga, Pombal, Redinha, Santiago de Litém, São Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã, é estudado o Transporte Coletivo Rodoviário. Cada freguesia possui uma área de intervenção, analisada de forma individual.

A análise do estudo dos Transportes operacionalizou-se em dois níveis distintos:

- 1) Análise dos veículos de transporte rodoviário (frota de autocarros utilizados pelos diferentes operadores, definindo linhas acessíveis, ou não acessíveis);
- 2) Análise das infraestruturas de apoio ao meio de transporte (paragens de autocarro e centrais de camionagem, no caso dos transportes rodoviários, etc.).

Figura 35: Infraestrutura de apoio ao transporte coletivo rodoviário de Pombal.

Linhas de transporte rodoviário

Designação

- Urbana 1
- Urbana 2
- Urbana 3
- Urbana 4

Infraestruturas de apoio

Tipo, Acessibilidade



Abrigo, Inacessível



Postilote, Inacessível



Não assinalada/identificada, S/Informação



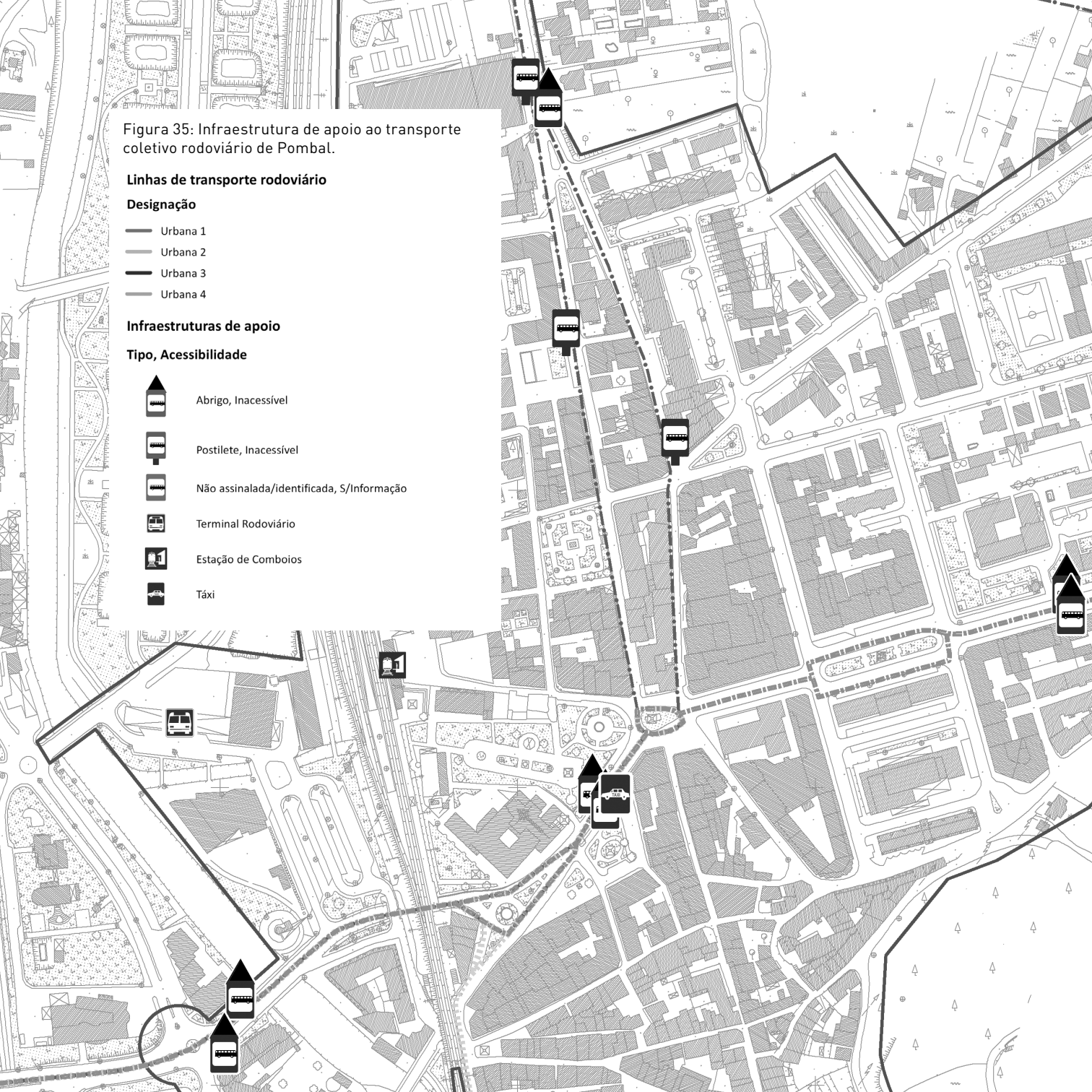
Terminal Rodoviário



Estação de Comboios



Táxi



Apresenta-se, no esquema em baixo, a metodologia de análise utilizada para efetuar o diagnóstico das condições de acessibilidade do sistema de transportes.

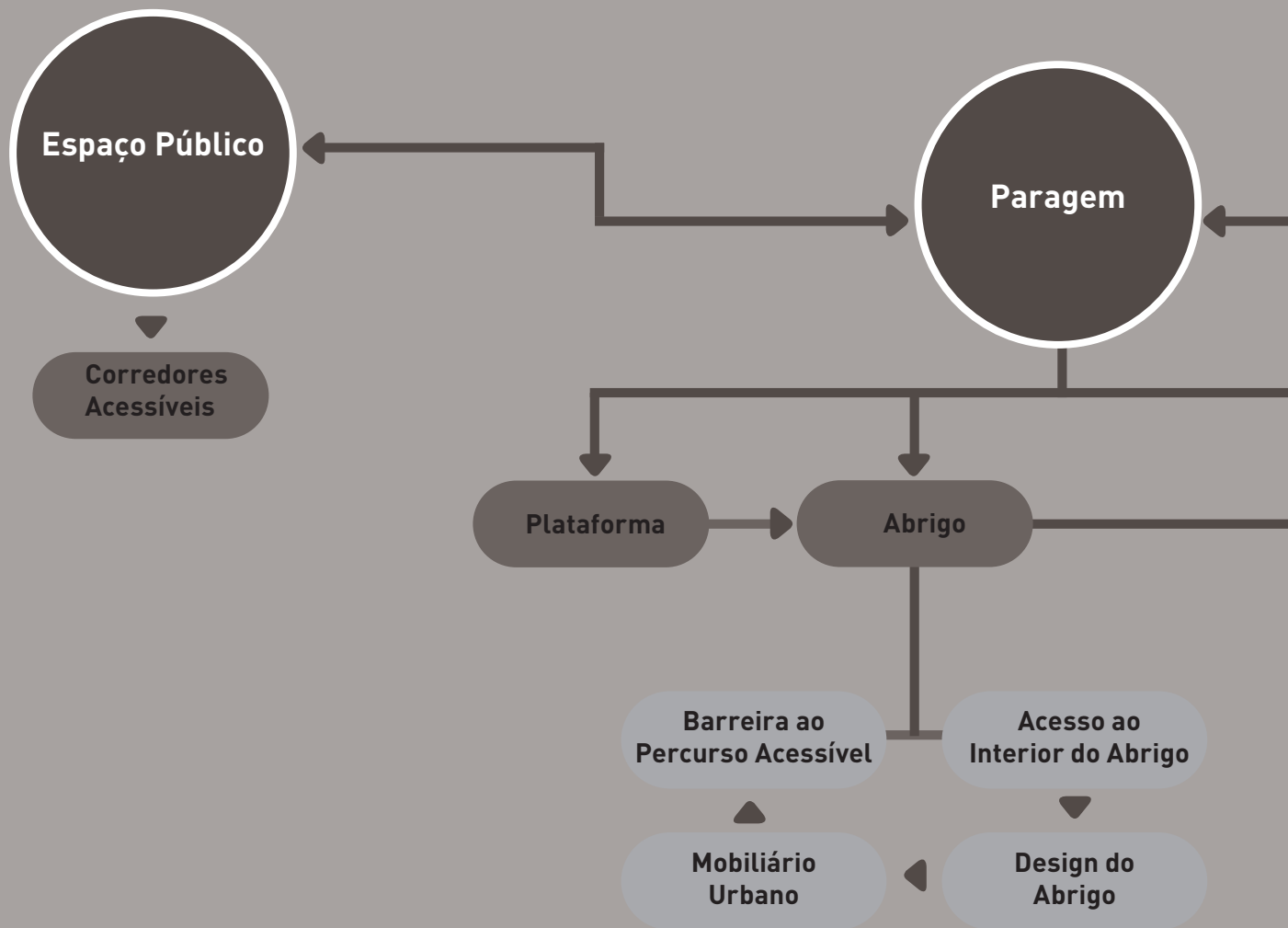
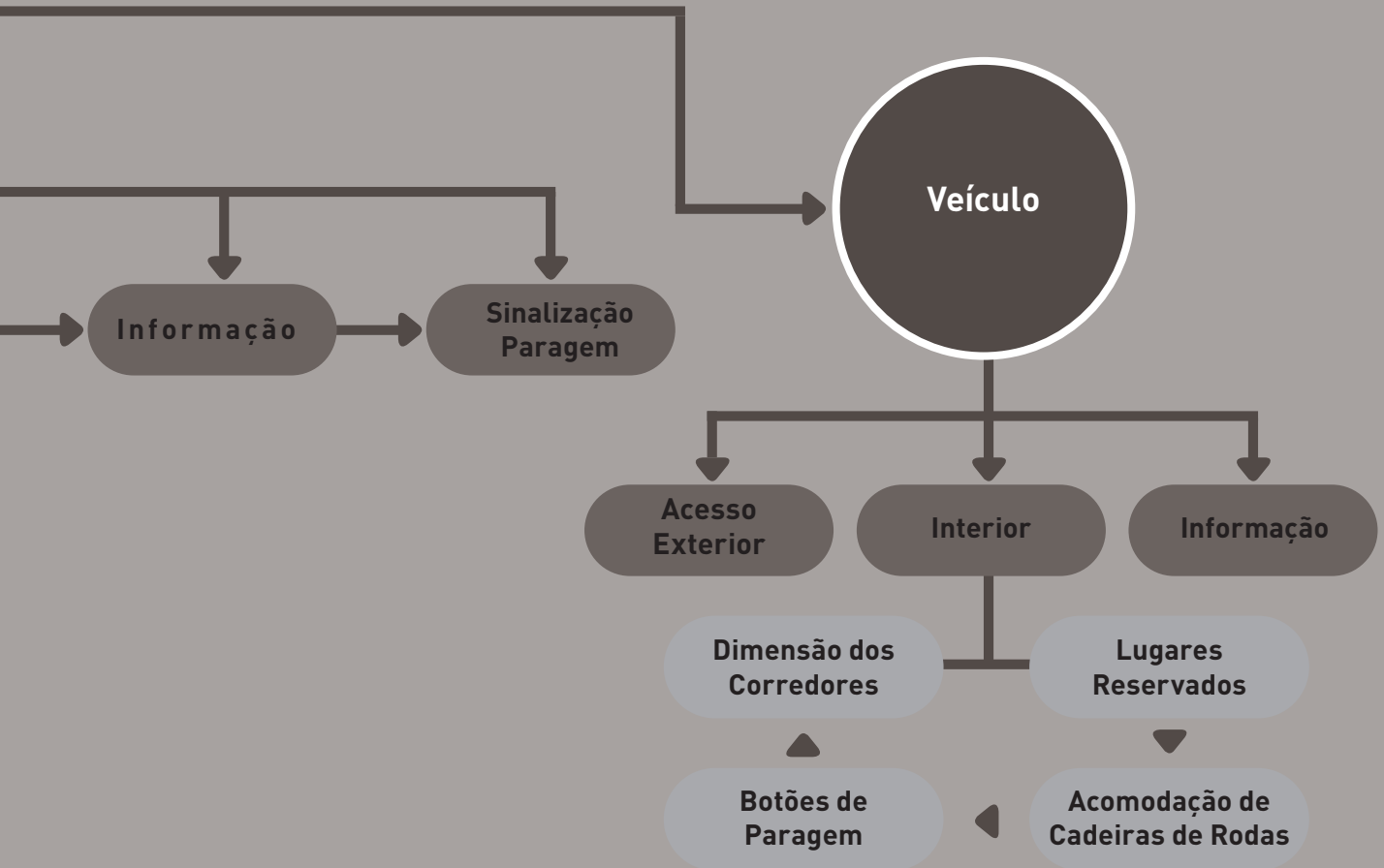


Figura 36: Etapas das viagens em transporte coletivo.



Este estudo permitiu diagnosticar a acessibilidade de veículos e de paragens. Para que se possam estabelecer percursos acessíveis em transporte coletivo, tanto as infraestruturas como os veículos têm de ser completamente acessíveis. De facto, se considerarmos as múltiplas etapas de uma viagem, verificamos que as barreiras ao uso independente do transporte coletivo, podem aumentar consideravelmente, deixando de ser apenas um problema do veículo. Independentemente das capacidades físicas e/ou sensoriais do passageiro, a realização de uma viagem segue, sempre, um número fixo de etapas (figura 36).



Figura 37: Condições ótimas de acessibilidade para infraestruturas (adaptado do Plano Brasil Acessível).

Os sistemas de transporte coletivo são considerados acessíveis, quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados tendo em conta o conceito do design universal. Estas condições só estarão reunidas quando for garantido o uso pleno, autónomo e seguro dos transportes por Todos. As figuras 37 e 38 ilustram a listagem de parâmetros utilizada na classificação de infraestruturas e veículos.

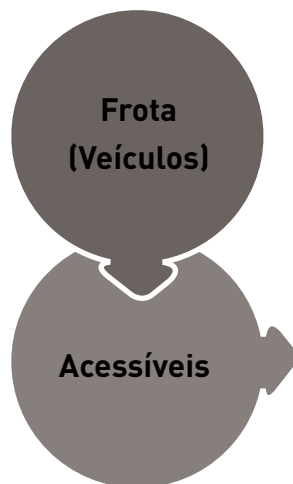


Figura 38: Condições ótimas de acessibilidade para veículos (adaptado do Plano Brasil Acessível).

Inexistência de barreiras físicas nas portas de entrada e/ou saída do veículo;

Existência de rampas, plataformas elevatórias, etc.;

Comunicação visual: identificação imediata do operador, n.º e destino da linha;

Existência de placas de informação eletrónica e sonora no interior e exterior;

Localização de Apoios e corrimãos de cor contrastante ao longo do veículo;

Localização, cor adequadas e emissões sonoras e visuais dos botões de paragem;

Locais reservados a cadeiras de rodas e carrinhos de bebé, com sistemas de travagem;

Interior do veículo com marcação de desníveis;

Existência de espaço reservado à paragem de autocarros;

Identificação fácil dos bancos reservados a pessoas com mobilidade reduzida.

A procura das condições ótimas de acessibilidade ao nível dos transportes, como referido, contempla veículos e infraestruturas de apoio. No que diz respeito às paragens, foi analisada a sua localização, a forma de sinalização (abrigo, postillete, sinal de trânsito – Tipologia H20a – Paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros), entre outros parâmetros já identificados anteriormente. Na análise das tipologias de problemas dos veículos que operam no município, foi verificado o acesso ao interior do veículo, corredores, lugares reservados, informação, apoios e botões de paragem. Posteriormente, é efetuada uma ficha com as orientações a implementar, tanto em infraestruturas de apoio como em veículos, composto por três colunas que integram o registo fotográfico, o diagnóstico e as orientações de correção e vários exemplos de Boas práticas (figura 39). Esta análise permitiu o delineamento de orientações estratégicas, visíveis em extrato na figura 40, em que são identificadas as tipologias de intervenção para as infraestruturas inacessíveis.

TIPOLOGIA DE PROBLEMAS	ORIENTAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO A EFETUAR	BONS EXEMPLOS
<p data-bbox="151 703 332 718">Criação de Percurso Acessível</p>  <p data-bbox="204 1315 408 1330">Abrigo e postillete sem percurso acessível</p>	<p data-bbox="461 725 964 808">A ausência de qualquer percurso destinado à circulação pedonal é dos problemas mais gravosos ao nível da acessibilidade e mobilidade de Todos, pelo facto de obrigar os peões a circular juntamente com os veículos motorizados na mesma via, sem que haja uma separação física da mesma.</p> <p data-bbox="461 824 964 937">Com base na análise do espaço público é possível identificar diversas situações de paragens sem um percurso de acesso acessível. A existência de passeios com largura inferior a 1,20m, de obstáculos e pavimentos degradados ou irregulares, assim como degraus, escadas e rampas não regulamentares constituem-se como fatores que impossibilitam a continuidade dos percursos pedonais de acesso às paragens.</p> <p data-bbox="461 952 964 1043">Não são raros os casos de passeios cuja dimensão ou descontinuidade impedem o acesso pedonal e, em especial, o acesso de pessoas portadoras de mobilidade reduzida às paragens. Sem um percurso acessível até ao abrigo e / ou postillete não adianta que os veículos sejam acessíveis, ou que exista uma plataforma de acesso.</p> <p data-bbox="461 1058 964 1217">Nestes casos, a necessária intervenção sobre o espaço público envolvente, permitirá colmatar a falta de um percurso acessível à paragem, permitindo utilização dos transportes públicos a Todos. Para tal importa avaliar as situações individualmente, salvaguardando as intervenções necessárias, para criar um percurso acessível que permita aceder a todas as infraestruturas existentes numa determinada área. Assim, as intervenções de correção propostas são coincidentes com as apresentadas na Planta Síntese de tipologias de intervenção em espaço público.</p>	 <p data-bbox="1005 1065 1285 1081">Garantido o percurso acessível atrás e à frente do abrigo</p> <p data-bbox="1005 1300 1262 1315">Garantido o percurso acessível pela frente do abrigo</p>

Figura 39: Exemplo de Ficha de Orientação para resolução dos problemas de acessibilidade aos veículos a operar na rede de transportes coletivos rodoviários de Pombal.

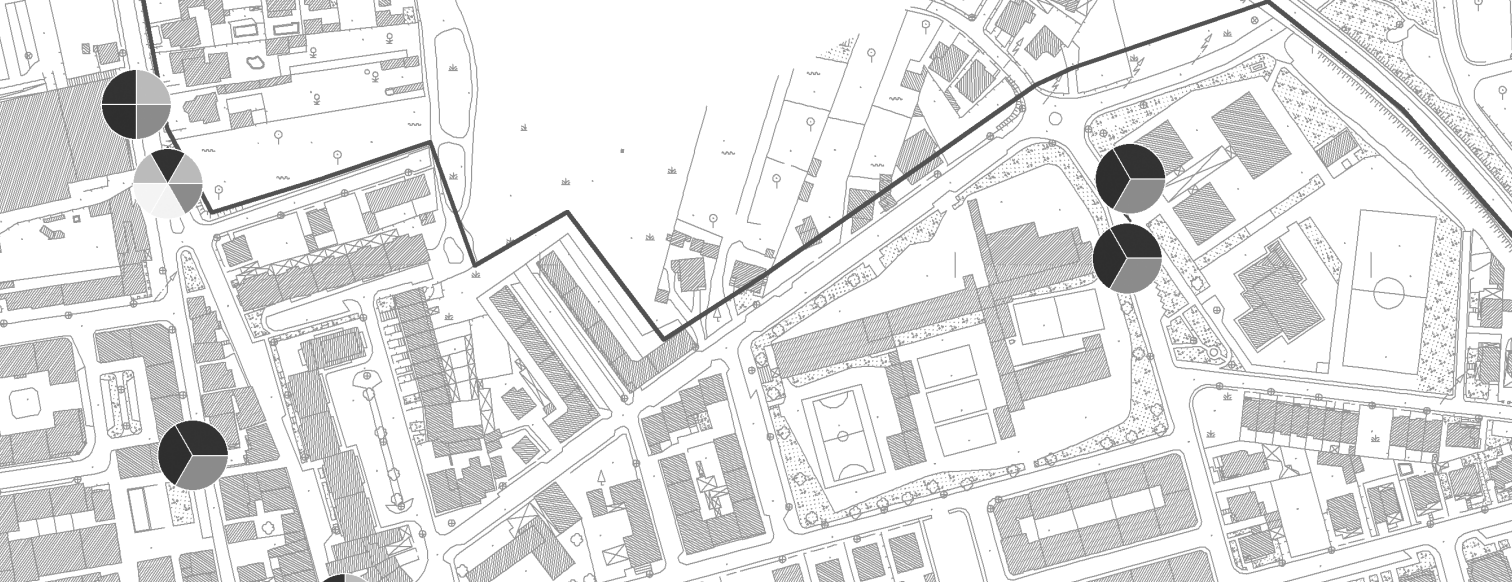













Figura 40: Extrato da Planta de tipologias de intervenção em paragens, na cidade de Pombal.

Tipologias de intervenção



-  Criação de percurso acessível para aceder à paragem
-  Remoção/ realocação de abrigos e/ou postíletes
-  Construção de plataforma e acesso à mesma
-  Criação de acesso de nível à plataforma
-  Criação de acessos ao interior do abrigo
-  Criação de lugar de permanência no interior do abrigo
-  Remoção / realocação do mobiliário urbano
-  Afixação de informação (mapa de rede, horários, preços, etc.)
-  Alteração do design do abrigo
-  Alteração do design do mobiliário urbano
-  Sinalização de paragens reservadas a autocarros (H20a)



Tempo



15° C

Muito Nublado

[» Detalhes](#)

Porta Aberta - 2ª Fase

Festival de Teatro

Avisos



Festival de Teatro Pombal

Ver mais aqui

Agenda de Eventos

Hoje, dia 28/05/2014, em Pombal

- » Chapéus Suspensos
- » Festival de Teatro de Pombal 2014 e Festival de Teatro Juvenil
- » Exposição de Ilustração "De se lhe tirar o chapéu"
- » "Eu Sou no Museu"

[» Agenda Geral](#)

Castelo de Pombal



5.4. Comunicação

É comum associar a problemática da deficiência à criação de rampas e em geral às limitações relacionadas com a cadeira de rodas (Wagner, 1992). Porém hoje em dia a falta de acesso à informação pode ser ainda mais limitadora do exercício pleno da cidadania; e à medida que se progride na qualidade e diversidade de equipamentos e sobretudo na quantidade de serviços que dependem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), maior se torna o fosso entre as pessoas que têm e as que não têm acesso à informação.

Este estudo refere-se à análise da acessibilidade à informação em documentos impressos da Câmara Municipal da Pombal. Nesta etapa do trabalho pretendeu-se diagnosticar de forma global estes documentos para posteriormente sugerir medidas no sentido de tornar a informação prestada por estes meios "mais acessível" ou seja, tornar a informação que é transmitida mais clara e direta para Todos.

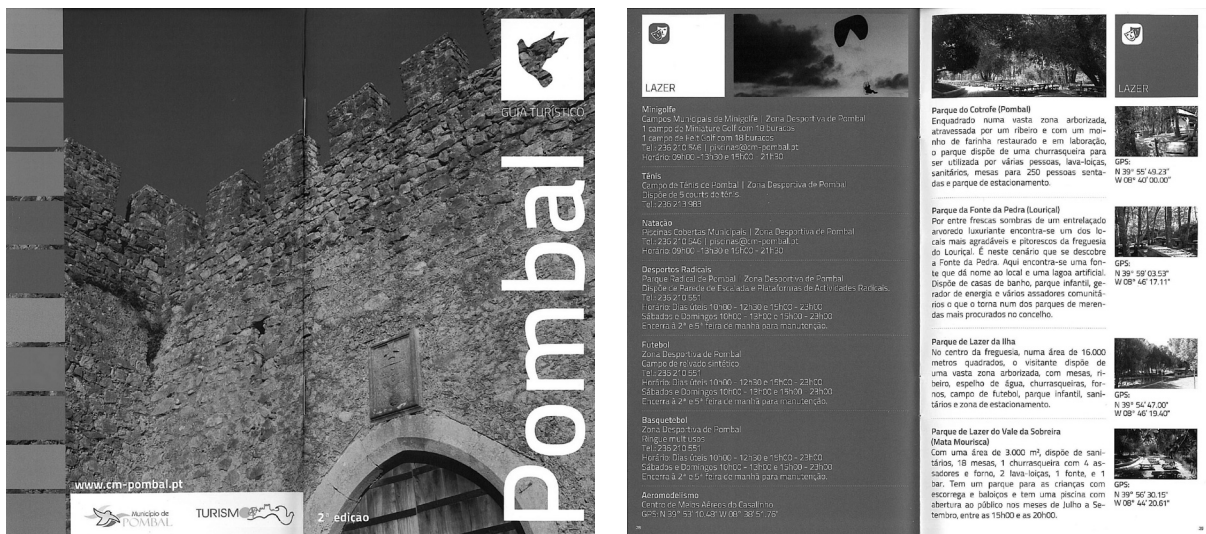


Figura 41: Exemplo de folheto analisado.

Foram consideradas diversas categorias de documentos, procurando abranger uma diversidade razoável de situações, que possam servir de referência para a criação de outros documentos futuros.

Para além dos documentos impressos, assim designados por sempre distribuídos nesse suporte, entendeu-se também abarcar informação disponibilizada na página Web da Câmara Municipal para ser descarregada, sendo impressa pelos próprios utilizadores/cidadãos. Considerou-se como padrão a impressão em formato A4 a cores – quando existam no original – seja quando impressa diretamente a partir da página Web ou quando descarregada em formato “PDF” e impressa posteriormente.

A análise foi dividida em duas partes:

- A primeira, relativa à observação geral da identificação do município e do modo como este se apresenta em vários suportes;
- A segunda, referente à análise dos documentos impressos, designadamente folhetos promocionais, publicações periódicas, agenda, papel de carta, impressões disponibilizadas pelo sítio do município de Pombal, cartões de visita, entre outros elementos.

Para sustentar a análise dos documentos, foi criada uma “lista de verificação” com base científica no Royal National Institute of Blind People e no Trace Center (Wisconsin University, EUA), que considera, sobretudo, os requisitos de pessoas com baixa visão.

Entendeu-se que a identificação do emissor/promotor é essencial para que um cidadão possa obter informação adicional. Assim, incluiu-se neste estudo uma breve apreciação sobre o modo como a Câmara Municipal é identificada – seu nome, logótipo e contactos - e uma observação da coerência da comunicação da sua identidade entre os vários suportes/documentos.



Figura 42: Logótipo da Câmara Municipal de Pombal.

Em jeito de conclusão e considerando que este trabalho integra objetivos de acessibilidade associada à mobilidade dos cidadãos, observámos a forma como é prestada a informação sobre transportes públicos a partir do website da Câmara Municipal ou, se for o caso, em algum dos documentos impressos fornecidos.

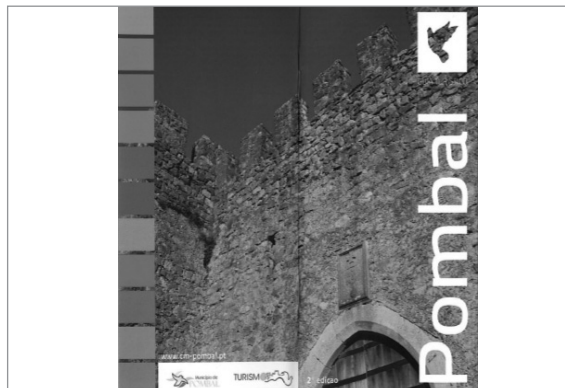
Para a análise de acessibilidade aos documentos impressos utilizaram-se os 21 critérios identificados na figura seguinte, tendo sido contabilizados os resultados obtidos para cada um dos documentos.

Esta lista de critérios de apreciação da acessibilidade à informação impressa tem como descritor, no final, uma avaliação da percentagem de itens (de entre os aplicáveis em cada caso) que satisfazem os requisitos de acessibilidade à informação impressa. Esta quantificação permite uma rápida avaliação de cada um e do conjunto dos documentos. Por outro lado, poderá contribuir para avaliar a evolução do design dos mesmos documentos ou prever as consequências de determinada solução para a acessibilidade à informação, antes mesmo de se produzirem novos documentos.

Figura 43: Critérios de acessibilidade utilizados para a análise dos elementos de comunicação.

1. Uso de tipografia simples e clara
2. Tamanho da fonte do texto principal 12 a 14
3. Texto alinhado à esquerda
4. Texto principal na horizontal
5. As palavras não estão espalhadas nas linhas
6. Não tem frases grandes com maiúsculas
7. Não usa itálicos
8. Não usa sublinhados
9. Espaçamento entre linhas
10. Espaçamento entre parágrafos
11. Espaço suficiente entre colunas
12. Informação relevante não depende de diagramas ou cor
13. Bom contraste entre texto e fundo
14. Não tem texto colocado sobre uma imagem ou textura
15. Papel ou revestimento não brilhante
16. Espaço suficiente para preenchimento à mão
17. Itens bem identificados para preenchimento
18. Contactos evidenciados para informação – telefone
19. Contactos evidenciados para informação – Pag. web
20. Emissor(es) bem identificado(s)
21. Emissor / contactos em braille

Figura 44:
Exemplo da tabela da análise segundo os critérios da “lista de verificação” - Pombal Guia Turístico.



Tipo de documento:	Folheto Promocional - serviços	Doc n.º 5		
	Identificação/Título:			
Descrição:	1 página - cor			
		Sim	Não	N/A
	Uso de tipografia simples e clara	1		
	Tamanho da fonte do texto principal 12 a 14		1	
	Texto alinhado à esquerda	1		
	Texto principal na horizontal	1		
	As palavras não estão espalhadas nas linhas	1		
	Não tem frases grandes com maiúsculas	1		
	Não usa itálicos	1		
	Não usa sublinhados	1		
	Espaçamento entre linhas	1		
	Espaçamento entre parágrafos		1	
	Espaço suficiente entre colunas	1		
	Informação relevante não depende de diagramas ou cor	1		
	Bom contraste entre texto e fundo	1		
	Não tem texto colocado sobre uma imagem ou textura	1		
	Papel ou revestimento não brilhante	1		
	Espaço suficiente para preenchimento à mão			1
	Ítems bem identificados para preenchimento			1
	Contactos evidenciados p/ informação - telefone		1	
	Contactos evidenciados p/ informação - pág. web	1		
	Emissor (s) bem identificado (s)	1		
	Emissor / contactos em braille		1	
Total		15	4	2
% relativamente aos itens aplicáveis		78,9%	21,1%	
Observações:				

Após o diagnóstico dos documentos analisados, reuniram-se os resultados obtendo-se um quadro que resume as percentagens de acessibilidade dos documentos. Verificou-se uma média de 75,5% de respostas positivas nos itens aplicáveis face aos 27,6% com itens negativos.

Docs.	nº / % de itens aplicáveis positivos	nº / % de itens aplicáveis negativos
1	12 66,7%	6 33,3%
2	13 72,2%	5 27,8%
3	16 88,9%	2 11,1%
4	0 0,0%	0 0,0%
5	15 78,9%	4 21,1%
6	13 65,0%	7 35,0%
7	15 78,9%	4 21,1%
8	11 68,8%	5 31,3%
9	17 100,0%	0 0,0%
10	9 60,0%	6 40,0%
TOTAL	75,5%	27,6%

Figura 45: Exemplos de quadro de resumo da análise dos documentos.

Tal como a lista de critérios de análise, também estas sugestões não têm a pretensão de transformar cada impresso num “manifesto de acessibilidade” mas ilustrar duas ideias fundamentais:

- A adoção e implementação de algumas medidas, é fácil, sobretudo sendo incorporadas no processo de conceção dos documentos; por outro lado, também se irá observar que os resultados de poucas intervenções se podem tornar bem evidentes. Note-se que estas medidas não implicam a redução da amplitude de soluções deixada à criatividade dos designers encarregues de conceber os impressos, mas tão só inscrever no seu programa algumas das alíneas que garantem o acesso àquela informação ou a “mais informação”.
- Este tipo de intervenção beneficia todas as pessoas e não um público – alvo conotado com a deficiência ou incapacidades diversas - preconceito que desde logo serve de justificação para relativizar a importância destas medidas, pelo alegado “baixo número” de destinatários. Não existiu a pretensão de que toda a informação contida em cada impresso possa ser lida por todas as pessoas mas defendemos que, aquelas que não conseguem ler ou não entendem o que leem no impresso, possam nele encontrar alguma referência para obterem mais informação, seja um número de telefone ou uma referência a um sítio na internet - canais que porventura se adequem melhor às suas necessidades.

Desta metodologia resulta o apuramento da (nova) percentagem de pontos positivos que esse documento poderia obter em potencial, caso estivesse em conformidade com aqueles itens.

Numa parte final do trabalho, foram fornecidas algumas orientações práticas (tendo em conta algumas das mais prestigiadas instituições europeias e americanas no domínio da acessibilidade a pessoas com deficiência visual) que, sendo aplicadas, poderão aumentar o número de cidadãos que, efetivamente, têm acesso à informação.

Em geral, e para o conjunto dos documentos, a acessibilidade depende sobretudo de uma grande coerência e consistência no design e na programação dos canais de comunicação com os destinatários. O estudo de acessibilidade aos elementos de comunicação teve o intuito principal de sensibilizar e estimular os técnicos autárquicos para a necessidade de tornar os materiais produzidos mais acessíveis permitindo, com a inclusão de regras simples e de baixo custo, atingir um leque mais diversificado de cidadãos.

Exposições | Eventos | Até Dia 4

De 4 a

Agenda / programação cultural **doc. n 7**

Resultado potencial da Intervenção de acordo com os critérios usados na análise **89%**

1 a 15 Exposição | **Colectiva de Alunos da Secundária No Arquivo Municipal - Trabalhos dos Alunos do Curso de Artes Visuais da Escola Secundária de Pombal**

1 a 30 Exposição | **Pombal e a Guerra Peninsular 1811-2011 Nos Claustros dos Paços do Município no âmbito das Comemorações do Bicenténario da Guerra Peninsular**

Exposição | **"Pombal Iluminista"**
No Museu Marquês de Pombal - Segunda a Sexta das 10:00 - 13:00 / 14:00 - 18:00. - Contactos: 236 210 555

3 a 5 Desporto | **22º Torneio de Ténis Juvenil de Pombal**
No Clube de Ténis de Pombal - Sub 12 e Sub 16 Nível C

18 a 19 Desporto | **Campeonato Nacional de Atletismo (Juvenis)**
Na Pista de Atletismo do Estádio Municipal de Pombal

Artes | **Festiv No Teatro-Cin peça "Vicente**

Música | **"Fad No Café-Conc**

Dia 8 Quarta Palestra | **"Bi No Mini-Audit intervenção p**

Dia 9 Quinta Ambiente | **H Na Praa do O Hastear da Ba**

Educação | **Cc No Teatro-Cin**

INTERVENÇÃO:

Desporto | **Campe Na pista de Atletis**

Toda a informação em **www.cm-pombal.pt**

14 DE MAIO A 25 DE JUNHO DE 2011

Contactos

Tel. Geral	236 210 852
Desporto, Educação, Juventude	236 210 850
Turismo	210 220 884
Assoc. de M.ºm.º	236 210 880
Biblioteca Municipal	236 210 821
Clube de Futebol	236 210 851
Clube de Ténis de Pombal	236 210 855
Museu Marquês de Pombal	236 210 564
Escuela Municipal de Música	236 210 546
Teatro-Cin. de Pombal	236 210 549
Assoc. Desportiva	236 210 551

Figura 46: Exemplo de uma Proposta de Intervenção para acessibilidade em impressos.



5.5. Infoacessibilidade

A acessibilidade inclui também acesso sem barreiras à informação e esta encontra-se hoje, mais do que nunca, disponível na World Wide Web.

A acessibilidade não se resume apenas a um melhor acesso a uma vasta gama de produtos ou serviços, significa, também, a inclusão e extensão do uso destes mesmos produtos, serviços ou meios de comunicação a todas as pessoas.

Presentemente, tem sido registado um enorme avanço relativamente a acessibilidade na internet, com a progressiva adoção das diretrizes de acessibilidade a conteúdos Web do World Wide Web Consortium (W3C). Este é um consórcio internacional de empresas e organizações dedicadas às tecnologias de informação e comunicação, que tem como objetivo levar a Web ao seu potencial máximo, por meio de desenvolvimentos de protocolos comuns e diretrizes que promovam a sua evolução.



Figura 47: Espaço Internet da Biblioteca Municipal de Pombal.

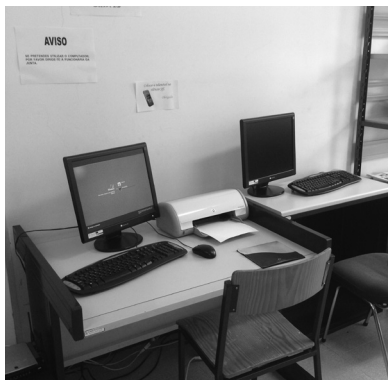


Figura 48: Espaço Internet da Junta de Freguesia de Louriçal.



Figura 49: Espaço Internet da Junta de Freguesia de Mata Mourisca.

A abordagem efetuada na análise da infoacessibilidade está dividida em duas partes:

- a) Avaliação efetuada aos postos internet indicados pelo município;
- b) Avaliação dos sítios Web, e verificação do cumprimento das diretrizes do W3C.

A metodologia de avaliação da acessibilidade digital dos Espaços de Internet (EI) do município de Pombal, consistiu na observação in loco dos recursos existentes e do meio envolvente, entrevistas com os responsáveis ou monitores e na análise e ponderação de quatro fatores de avaliação: Importância Relativa, Acessibilidade Digital, Capacitação dos Monitores e Necessidade de Apoio Externo.

Importância Relativa - avaliação dos recursos tecnológicos e da acessibilidade de conteúdos que se podem considerar necessários e adequados para um determinado serviço. Quanto mais importante for o serviço e mais diversificada for a população servida maior será a importância (relativa) deste para pessoas com necessidades especiais e a necessidade de investimento em acessibilidade digital.

Acessibilidade Digital - avaliação dos produtos de apoio para acesso à informação e às tecnologias disponíveis, bem como a acessibilidade de aplicações Informáticas específicas e de conteúdos digitais.

Capacitação dos Monitores - avaliação da preparação dos monitores/animadores para atender pessoas com necessidades especiais e facilitar a utilização de tecnologias de acessibilidade. É um fator determinante na qualidade da resposta que se pretende dar a esta população.

Necessidade de apoio externo - relação entre os recursos de acessibilidade instalados e a formação dos recursos humanos que o equipamento social dispõe.

O resultado desta avaliação aos espaços internet foi convertido numa tabela que apresenta, para cada equipamento analisado, na escala de um a cinco, a avaliação a cada um dos pontos mencionados anteriormente.

Importância Relativa	● ● ● ● ●
Acessibilidade Digital	● ● ○ ○ ○
Capacitação dos Monitores	● ● ○ ○ ○
Necessidade de Apoio Externo	● ● ● ● ○

Figura 50: Exemplo da avaliação global da Biblioteca Municipal de Pombal.

A lista das diretrizes de acessibilidade do W3C de pontos de verificação pode ser utilizada para verificar o grau de acessibilidade de uma página ou sitio Web.

Relativamente à lista de pontos de verificação, encontra-se dividida em 14 tipos diferentes, podendo ser utilizada para verificar o grau de acessibilidade de uma página ou sitio Web.

A representação dos resultados intermédios encontra-se discriminada em tabela onde consta cada um dos pontos de verificação e, para cada ponto, assinalou-se se esse mesmo ponto é cumprido (Sim), se não é cumprido (Não) ou se não é aplicável (N.A). Na tabela, por uma questão de síntese, assinalou-se o n.º identificativo de cada diretiva e uma pequena explicação para facilitar a sua compreensão.

O resultado da aplicação destas regras resultará na avaliação do sítio web em um de três níveis de conformidade consoante se satisfaçam os pontos de verificação de cada prioridade acima referida:

a) Nível de conformidade “A”:

foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridade 1;

b) Nível de conformidade “AA”:

foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridades 1 e 2;

c) Nível de conformidade “AAA”:

foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridades 1, 2 e 3.

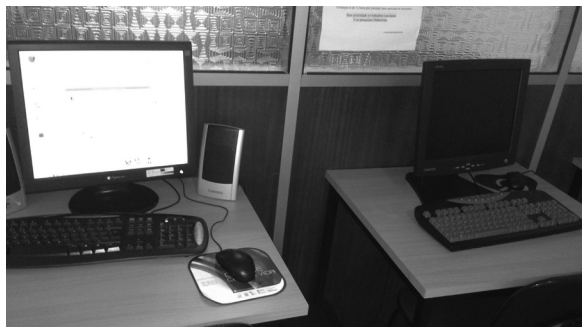
Os resultados globais da avaliação automática, realizada através da ferramenta TAW, apresentam-se com a seguinte configuração:

		Nível de Conformidade					
		A		AA		AAA	
		Mal	Verificar	Mal	Verificar	Mal	Verificar
Princípio	Percetível	–	9	1	3	–	8
	Operável	1	7	–	3	–	4
	Compreensível	–	3	–	5	1	6
	Robusto	–	1	–	–	–	–
Total		1✘	20🕒	1✘	11🕒	1✘	18🕒

Figura 51: Exemplo de tabela de avaliação automática.

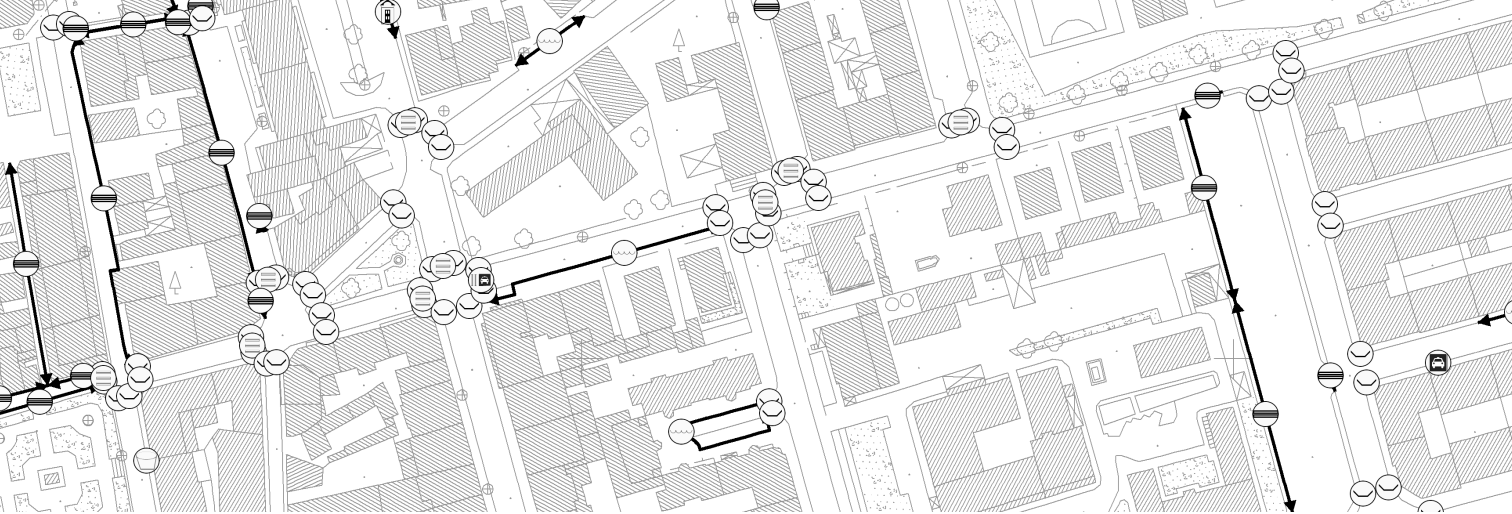
Recomendações para adaptação do site em conformidade com os níveis de acessibilidade W3C desejados:

- a) Ferramentas de edição e produção de conteúdos
- b) Ferramentas de Avaliação de Acessibilidade
- c) Técnicas de Avaliação Manual
- d) Avaliação de contraste
- e) Avaliação com utilizadores
- f) Legendagem de vídeos
- g) Sites de referência Nacionais
- h) Materiais de formação
- i) Informação sobre a acessibilidade do site
- j) Conformidade com a 2.ª versão do WCAG



A avaliação realizada permite desde já elucidar para uma noção aproximada do esforço necessário a realizar, para atingir cada um dos níveis de acessibilidade pretendidos e identificar os problemas a solucionar, incluindo nesse trabalho uma metodologia de avaliação.

Após as avaliações efetuadas, tanto aos postos de Internet como aos sítios Web, foram sugeridas algumas alterações consideradas necessárias para o incremento das condições de acessibilidade. Para os espaços de Internet essas sugestões consubstanciaram-se na aquisição de software/hardware de apoio a pessoas com incapacidade; ao nível do sítio da Câmara Municipal de Pombal, incidiram, essencialmente, na utilização de ferramentas de produção de conteúdos adequadas aos níveis de acessibilidade do W3C.

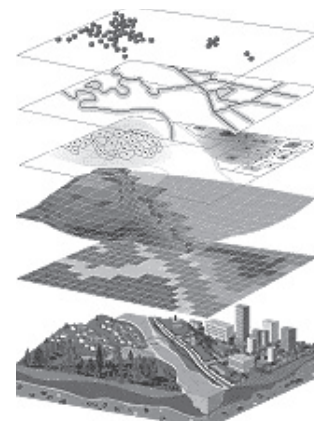


5.6. Sistemas de Informação Geográfica ao serviço da Acessibilidade

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), tal como os entendemos hoje, têm por base progressos relativamente recentes. Se, por razões históricas, a procura de informação geográfica se deveu, essencialmente, às dificuldades de recolha, representação e transmissão, grandes mudanças ocorreram aquando da criação e desenvolvimento dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Foi, sobretudo a partir da década de 80 do Século XX, com a disseminação dos computadores e com o decréscimo gradual no seu preço, que os SIG conheceram um grande desenvolvimento em termos de utilização. São, nos nossos dias, um instrumento importante, tanto a nível científico como comercial, com um papel fulcral na sociedade, nomeadamente no apoio à decisão em tarefas relacionadas com o Planeamento e Ordenamento do Território.

Obter uma definição de SIG que seja consensual não é, de todo, tarefa simples, principalmente se tivermos em conta que são objeto de estudo e utilização por diversas áreas de saber, cada uma com as suas necessidades e propósitos. Heywood et al (2002) referem que existem três grandes grupos de definições consoante os autores. Assim, há quem defina os SIG pelo que são, outros pelo que fazem e, por fim, há quem os descreva tendo em conta as suas componentes.



Fonte: www.gis.com/whatisgis/whyusegis.html

Para exemplificar, temos definições como a de Burrough (1986), que refere que os SIG são ferramentas para capturar, armazenar, transformar e visualizar informação geográfica, isto é, dando ênfase à vertente “ferramenta”. Por outro lado, ainda que de forma abrangente, existem definições que explicam os SIG como assentando em cinco componentes básicos: pessoas/organizações, dados, procedimentos, hardware e software. Falamos, pois, de um sistema integrado.

Este sistema integrado, capaz de produzir análises poderosas, funciona por camadas de informação geográfica que representam “um objeto ou um fenómeno real, localizado no espaço num determinado momento”. (Quodvert, 1994). Essas camadas de informação, ou layers, podem, quando corretamente referenciadas, ser sobrepostas, originando as mais diversas leituras sobre temáticas variadas, permitindo, maior acesso das pessoas à informação, permitindo-lhes compreender a organização do espaço, ou seja, que elementos aqui se encontram, que problemas o afetam, quais as dinâmicas prováveis de evolução do espaço e, numa análise mais elaborada, apontando soluções para a resolução dos problemas. Por conseguinte, podemos referir que, em determinado momento, sabemos o que existe, onde existe e em que estado se encontra.

Assim, no âmbito dos Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade, e com recurso aos SIG, pode-se, por assim dizer, dar visibilidade às barreiras de mobilidade existentes nas áreas de intervenção. Após a identificação das barreiras deu-se a conhecer ao município quais os obstáculos existentes, para que possam proceder às obras necessárias para a sua remoção, permitindo que os seus munícipes e cidadãos em geral, principalmente aqueles que, por algum motivo, sofrem de algum tipo de limitação, se consigam deslocar a locais até agora inacessíveis.

O objetivo final é incrementar a qualidade das deslocações, de toda e qualquer pessoa, ou seja, a qualidade da sua cidade/vila e do seu ambiente urbano. O projeto foi desenvolvido integrando fundamentalmente as novas tecnologias da informação e comunicação e os sistemas de informação geográfica, permitindo a divulgação e a acessibilidade ao maior número de utentes mas também aos técnicos da Câmara Municipal de Pombal com responsabilidade ao nível das acessibilidades.

Os estudos para os Planos de Promoção da Acessibilidade foram elaborados em SIG à escala considerada pertinente, e de acordo com a estratégia técnica entendida por aconselhável,

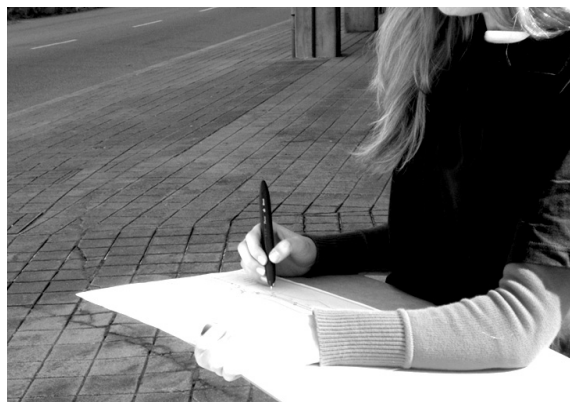


Figura 52: Recolha de Informação com base nas ferramentas e software inovador.

tendo sido fornecida, pela Câmara Municipal de Pombal, a cartografia digital, bem como elementos de caracterização que possuam relativamente à área de intervenção.

Assim, após a receção da cartografia enviada pela Câmara Municipal de Pombal, procedeu-se à sua preparação para efetuar os levantamentos de diagnóstico da situação atual, no âmbito dos problemas de acessibilidade e mobilidade.

Na recolha de dados, utilizou-se uma ferramenta inovadora: “canetas digitais PenX” e software Capturx™. Assim, com a cartografia preparada para levantamento, os técnicos, munidos de plantas impressas em papel vulgar, que a caneta digital reconhece devido a uma matriz de pixéis e um sensor ótico, procederam ao levantamento das barreiras existentes.

O recurso a esta ferramenta permitiu, de forma simples e expedita, adquirir dados para posterior integração e tratamento em SIG. Após o descarregamento da informação, presente na memória da caneta, foi assumida a localização geográfica que o técnico lhe indicou no local do levantamento, carregando, de imediato, a base de dados em SIG. As barreiras levantadas na fase do diagnóstico estão relacionadas com mobiliário urbano, sinalética, infraestruturas, entre outros elementos, tal como exemplificado na figura 53.

Tipologias de Barreiras



































Barreiras Arquitectónicas e Urbanísticas			
	Candeeiro de Iluminação Pública		Ciclo-Parque
	Semáforo		Poste com bandeira
	Degrau, Escada ou Rampa		Cabina Telefónica
	Rebaixamento de Passeio		Abrigo de Transportes Colectivos
	Ausência de passadeira		MUPI
	Ausência de passeio ou passeio subdimensionado		Papeleira
	Pavimento Degradado		Sinal de Trânsito
	Passadeira Mal Dimensionada		Árvore
	Passadeira a Terminar em Estacionamento		Quiosque
	Caldeira de Árvore		Gradeamento
	Marco do Correio		Bola, Prumo ou Meco
	Floreira		Contentor do Lixo
	Parquímetro		
	Armário (EDP, Gás, ...)	Barreiras Móveis Temporárias	
	Boca-de-incêndio		Estacionamento Abusivo
	Gradeamento com Publicidade		Obra ou tapume de obra
	Placa Toponímica		Obstáculo Comercial
	Poste com Floreira		Iluminação de Festas e Romarias

Figura 53: Tipologias de barreiras urbanísticas/arquitetónicas e móveis/temporárias.

A simbologia apresentada é reconhecida pela caneta digital e é, posteriormente, inserida automaticamente no SIG através de uma codificação interna. A par deste levantamento, para integração em SIG, será também efetuado um levantamento fotográfico de toda e qualquer barreira à mobilidade encontrada na área de intervenção dos Planos.

Importa salientar o facto de esta não ser uma lista fechada, já que constantemente surgem novas barreiras que urge identificar e solucionar. Como tal, a base de dados e a listagem de barreiras é dinâmica e permite, sempre que necessário, que haja alteração. Falamos de um sistema que permitirá monitorizar o Plano em fases posteriores, permitindo controlar e indicar as alterações a efetuar.

Para além deste inovador método de aquisição de dados a entidade prestadora de serviços utilizou, para tratamento destes dados, a aplicação “Mobilidade”, que permitiu, para além de outras funcionalidades:

- A introdução de barreiras e subtipos de barreiras;
- A inserção de custos associados à remoção de cada uma das barreiras;
- O desenho dos segmentos de rua com atribuição dos nomes de rua;
- A geração de corredores de acessibilidade, sendo inacessíveis ou acessíveis, consoante possuem ou não barreiras à mobilidade/acessibilidade;
- Cálculo dos custos de remoção das barreiras, por rua ou por tipo de barreira;
- Criação/Exportação de relatórios relativos às estimativas efetuadas.



Figura 54:
Menu da aplicação “Mobilidade”.

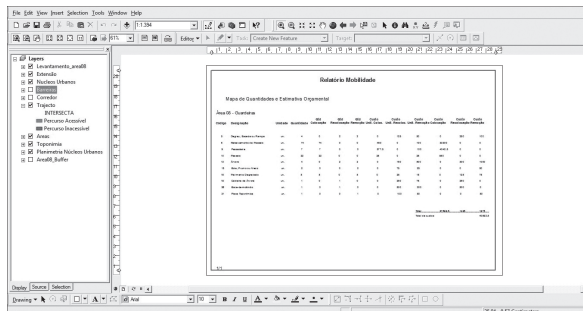


Figura 55:
Layout com relatório de remoção de barreiras.

Numa segunda fase, as barreiras serão associadas em grandes grupos para que se definam tipologias de intervenção. Assim, saberemos se falamos em simples realocações de elementos, em pequenas obras de adaptação pontual, ou se, porventura, será necessário um redesenho da rua para a tornar mais cómoda e segura para todos.

Toda a informação é perfeitamente compatível com os diversos sistemas existentes no mercado e, claro está, com aquele que a Câmara Municipal de Pombal utiliza. Neste sentido é passível de constituir uma ferramenta incontornável de utilização na intranet para fins de articulação e informação dos serviços. Por outro lado, fica disponível para ser carregada no “sítio” da Câmara Municipal de Pombal e apresentar um potencial de informação ao público que se poderá constituir como uma plataforma interativa das ações nesta matéria.

A título de exemplo, de como são desenvolvidos os levantamentos e análises recorrendo às novas metodologias em SIG, apresentamos, seguidamente, algumas análises efetuadas que recorrem a essa tecnologia.

Para complementar esta informação, importa referir que os SIG possibilitam o carregamento da maioria da informação recolhida, nomeadamente na temática dos edifícios. Assim, com a informação disponibilizada de caracterização dos edifícios, será simples disponibilizar essa mesma informação, por exemplo, num



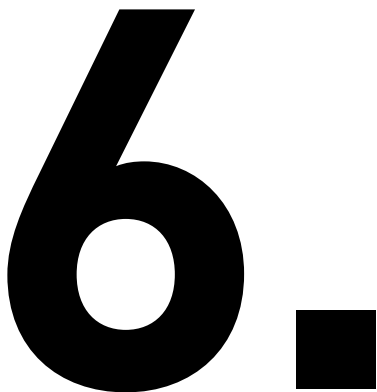
Figura 56: Planta de diagnóstico de barreiras.

SIG Web, para que seja facilmente consultada e seja possível, também, perceber quais os obstáculos à mobilidade que cada um dos edifícios analisados apresenta.

Os Sistemas de Informação Geográfica constituem uma importante ajuda técnica no desenvolvimento de inúmeras atividades das organizações, sendo, neste âmbito, um importante sistema de apoio à decisão política face à potencialidade existente no cruzamento de informação territorial e aos resultados passíveis de serem obtidos.



Figura 57: Planta de classificação de percursos.



Cadeira de braços, Séc. XVIII (dezoito)
Mocibe: Assento, braços e espaldar em couro lavrado.
Móvel Português

Boas Práticas de Acessibilidade em Pombal

Por um desígnio 'Pombal + Acessível'.

A conclusão de todas as atividades, em matéria de Acessibilidade e Mobilidade para Todos, inerentes ao RAMPA, não significa o fim de um percurso, mas mais uma etapa de um percurso que se iniciou com o Projeto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, se consolidou com todas estas dinâmicas e que quer continuar o seu caminho de políticas sustentáveis, inovadoras, pioneiras e amigas de todos.

Neste capítulo ilustram-se alguns exemplos de iniciativas municipais desenvolvidas no âmbito da temática da acessibilidade ao nível do espaço público, edificado, comunicação, publicações, sensibilização e formação. Pombal + acessível como um fator fundamental de modernização do nosso concelho.

Espaço Público e Edificado

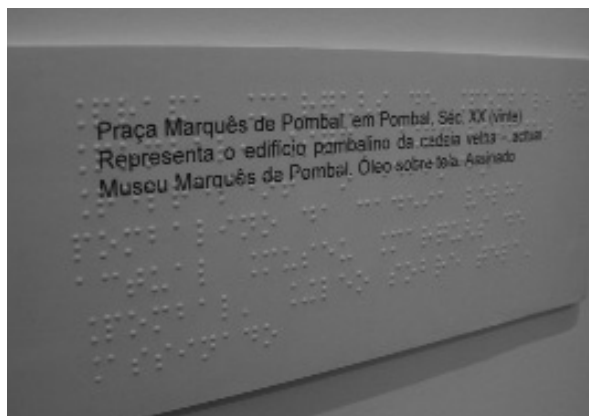
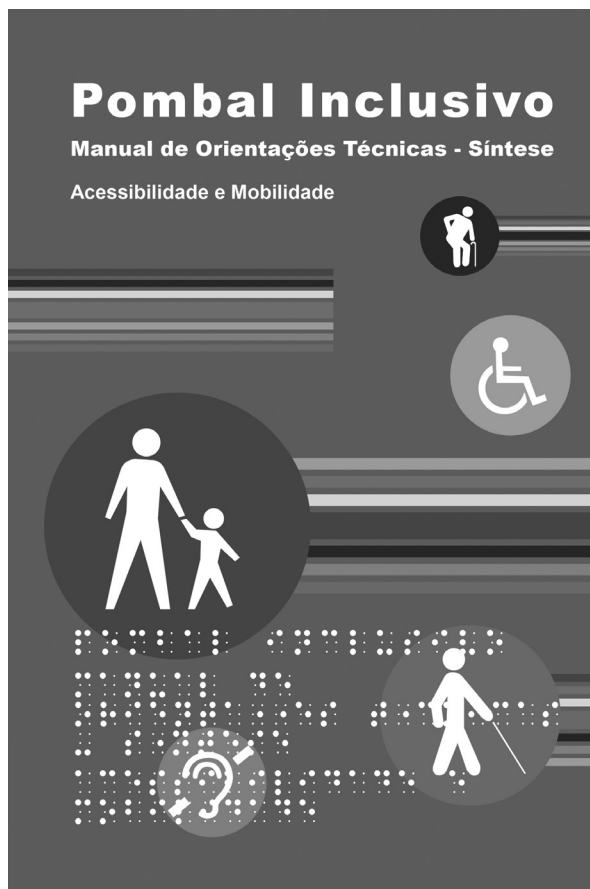
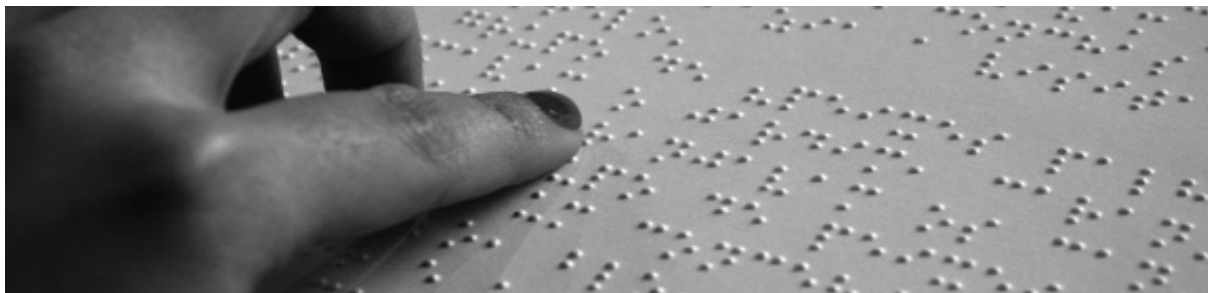
Com base nos estudos realizados no âmbito deste projeto RAMPA, o município aposta no desenho, projeto e intervenções no espaço urbano e edificado com uma forte preocupação na eliminação de barreiras que condicionam a sua fruição por parte de qualquer cidadão, com autonomia, segurança e qualidade. Nas intervenções do espaço público tem apostado na utilização de pavimentos confortáveis, passeadeiras sobrelevadas, entre outros. No edificado tem vindo a apostar na Certificação de Edifícios Públicos (exemplo do Teatro Cine - Certificado de Acessibilidade ICVM).



Comunicação

Desenvolvimento de suportes comunicacionais acessíveis, através do recurso à interpretação de língua gestual em eventos públicos, da produção de cartões pessoais, convites, flyers, brochura técnica “Manual de Orientações - Acessibilidade e Mobilidade” para Presidentes de Junta, totems de cidade e dísticos do Museu Municipal de Pombal com recurso a impressões em braille a fim de uma maior integração de públicos com necessidades especiais nas dinâmicas do município.

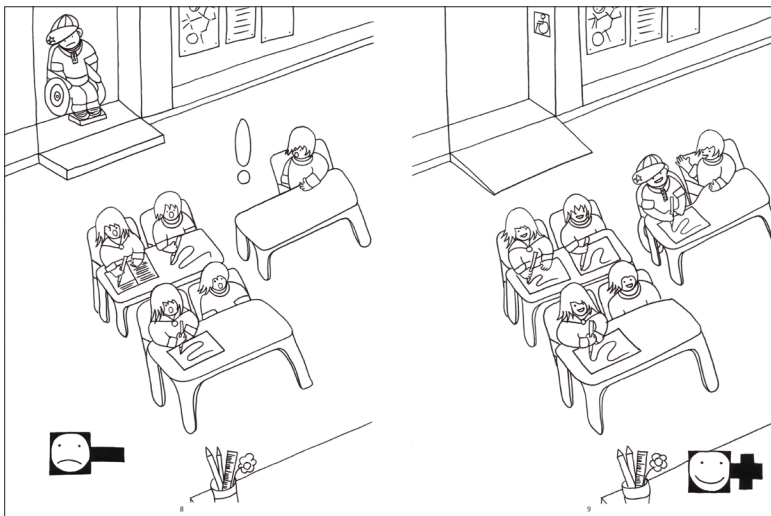
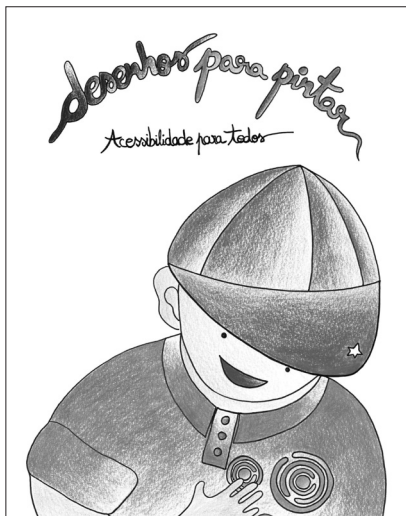




Sensibilização e Formação

Ciente que qualquer atuação é mais eficaz de passar por um processo de divulgação, sensibilização e formação o Município de Pombal promoveu o desenvolvimento de ações de sensibilização, cobrindo os mais diversificados públicos, de entre as quais se salientam a campanha contra o “Estacionamento Abusivo”, a simulação da “Escola de Acessibilidade” com recurso a casos práticos e simulações práticas com base em cadeiras de rodas, bengalas brancas, canadianas, andarilhos, entre outros e o Livrinho de Pintar “Acessibilidade para todos” que de uma forma simples e intuitiva captaram as atenções, promoveram novas experiências e geraram embriões de novas gerações mais inclusivas e, conseqüentemente, mais participativas.

Do mesmo modo, e garantindo o desenvolvimento de novas competências em matéria de Acessibilidade e Mobilidade para Todos promoveu ações de formação cobrindo um leque de participantes como técnicos da autarquia, presidentes de junta, gabinetes locais, operadores do comércio, turismo e transportes, entre outros.





Participação Pública/Seminários/Visitas

A promoção da Acessibilidade e a adoção de boas práticas no que respeita à mobilidade desempenha uma função social, na medida em que consolida a coesão social, através da participação de todos os cidadãos de forma igualitária. Neste sentido desenvolveram-se várias ações de Participação Pública, Seminários e Visitas de Boas Práticas das quais se destacam as reuniões de participação pública do Concelho Consultivo para as Acessibilidades, a sessão de participação Pública dos Professores no âmbito da RCE – Receção à Comunidade Educativa, o Seminário Internacional “A acessibilidade e a mobilidade como fatores de desenvolvimento” e a Visita de Boas Práticas a Barcelona.

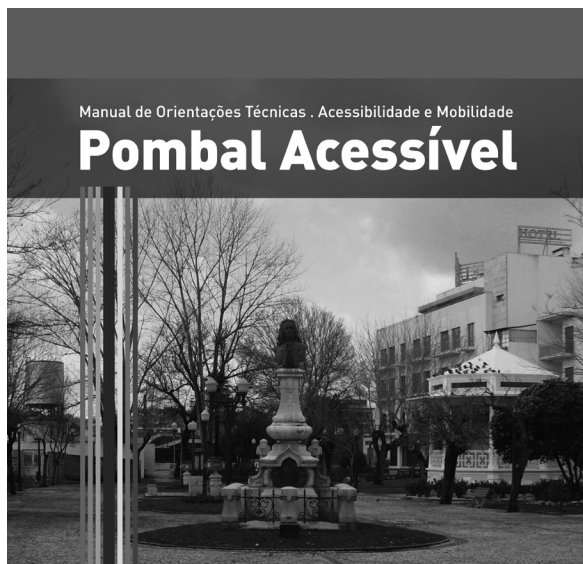


Publicações

Desenvolvimento, impressão e distribuição de Publicações Técnicas com orientações e interpretações legais em matéria de Acessibilidade, com recurso ao braille, a fim de garantir uma total preparação dos principais intervenientes, públicos e privados, como os munícipes, os técnicos especializados e os agentes que trabalham e desenvolvem os territórios.

Destas publicações salientam-se a brochura técnica “Manual de Orientações - Acessibilidade e Mobilidade - Síntese” para Presidentes de Junta, o “Manual de Orientações - Acessibilidade e Mobilidade” para Técnicos da Autarquia e Gabinetes Locais de Projeto e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação com regulamentação específica em matéria de Acessibilidade Mobilidade para Todos.

Estas ações motivarão uma nova estratégia municipal ‘Participar para Atuar’.





“...uma cidade acessível é uma cidade mais competitiva. (...) Todos sem exceção, temos responsabilidades na mudança deste novo paradigma...”

Paula Teles